

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A DISPUTA HEGEMÔNICA RUSSO-AMERICANA POR UM
ESTADO-SATÉLITE NA SÍRIA**

GUILHERME SALES MENDONÇA DE MELO

Recife

2025

GUILHERME SALES MENDONÇA DE MELO

**A DISPUTA HEGEMÔNICA RUSSO-AMERICANA POR UM
ESTADO-SATÉLITE NA SÍRIA**

Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso de
Relações Internacionais, sob orientação do
Prof. Me. Victor Tavares Barbosa.

Recife

2025

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Melo, Guilherme Sales Mendonça de.

M528d A disputa hegemonic Russa-American por um Estado-Satélite
na Síria / Guilherme Sales Mendonça de Melo. – Recife, 2025.
77 f. : il. color

Orientador: Prof. Me. Victor Tavares Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Síria. 2. *Proxy war*. 3. Guerra civil. 4. Estados-satélites. 5.
Rússia. 6. Estados Unidos. I. Barbosa, Victor Tavares. II. Faculdade
Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.2-007)

GUILHERME SALES MENDONÇA DE MELO

**A DISPUTA HEGEMÔNICA RUSSO-AMERICANA POR UM
ESTADO-SATÉLITE NA SÍRIA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Me. Victor Tavares Barbosa.

Aprovada em 27 de novembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Eduarda Antonino Vieira, FADIC

Orientador, Prof. Me. Victor Tavares Barbosa, FADIC

Recife

2025

RESUMO

O presente trabalho abordou o papel dos Estados-satélites na dinâmica geopolítica contemporânea e examinou a persistência da disputa por esferas de influência desde a Guerra Fria, frequentemente materializada em conflitos indiretos, conhecidos como guerras por procuração. A pesquisa adotou o referencial teórico do realismo e concentrou-se na guerra civil síria como estudo de caso, contextualizando o conflito a partir das manifestações da Primavera Árabe e da repressão estatal conduzida pelo governo de Bashar al-Assad. A atuação russo-americana foi examinada a partir da análise de documentos oficiais e da literatura especializada. Conclui-se que, em um contexto regional marcado pela centralidade de recursos naturais e pela relevância estratégica do Mediterrâneo Oriental, a Rússia busca evitar um processo de mudança de regime semelhante ao ocorrido na Líbia em 2011, preservando sua presença militar na Síria, enquanto os Estados Unidos tende a favorecer a constituição de um governo alinhado ao Ocidente, configurando uma dinâmica de competição as duas potências no Mediterrâneo e Oriente Médio.

Palavras-chave: Síria; *proxy war*; guerra civil; Estados-satélites; Rússia; Estados Unidos.

ABSTRACT

The present work addressed the role of satellite states in contemporary geopolitical dynamics and examines the persistence of the dispute for spheres of influence since the Cold War, often materialized in indirect conflicts, known as proxy wars. The research adopted the theoretical framework of realism and concentrated on the Syrian civil war as a case study, contextualizing the conflict based on the manifestations of the Arab Spring and the state repression conducted by the government of Bashar al-Assad. The Russo-American actions were examined through the analysis of official documents and specialized literature. It is concluded that, in a regional context marked by the centrality of natural resources and the strategic relevance of the Eastern Mediterranean, Russia sought to avoid a process of regime change similar to that which occurred in Libya in 2011, preserving its military presence in Syria, while the United States tends to favor the constitution of a government aligned with the West, configuring a dynamic of competition between the two powers in the Mediterranean and the Middle East.

Keywords: Syria; proxy war; civil war; satellite states; Russia; United States

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PROXY WAR, ESTADOS-SATÉLITES E O CONFLITO SÍRIO.....	9
2.1 Na Idade Clássica.....	9
2.2 Conceituando as guerras proxy.....	10
2.3 Estados satélites.....	12
2.4 Síria como peça.....	15
2.4.1 A Grande Síria e al-Sham.....	15
2.4.2 Palco da guerra.....	18
2.4.3 Síria em jogo: potências regionais.....	19
3 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA.....	24
3.1 Unipolaridade e a Doutrina Wolfowitz.....	24
3.2 A Doutrina Bush.....	28
3.3 Barack Obama e o “smart power”.....	31
3.4 A Era Trump.....	36
3.5 Joe Biden.....	37
3.6 Considerações parciais.....	39
4 A POLÍTICA EXTERNA RUSSA.....	41
4.1 Síria e o Mediterrâneo Oriental para a Rússia.....	41
4.2 A nova Federação Russa e a “Doutrina Primakov”.....	42
4.3 Putin e o novo milênio.....	47
4.4 A Era Medvedev.....	51
4.5 O retorno de Putin e a guerra civil síria.....	55
4.6 Após a queda de Bashar al-Assad.....	62
4.7 Considerações parciais.....	64
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Teoria dos Três Círculos de Barakah do El-Awaisi.....	17
Figura 2 - Síria em 2020 com o domínio do HTS sobre Idlib.....	22
Figura 3 - Investidas militares russo-sírias e curdas pelo território do ISIS.....	61
Figura 4 - Síria em 2025 após a queda do governo de Bashar al-Assad.....	63

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a Síria encontra-se num estado de guerra civil, iniciada em 2011 após uma série de protestos anti-autoritários no Oriente Médio e Magreb denominados de “A Primavera Árabe”, iniciados na Tunísia em 2010. Este conflito, apesar da recente queda do governo de Bashar al-Assad, perdura, pois o território *de jure* sírio (internacionalmente reconhecido por lei) se encontra balcanizado entre múltiplas facções, com ideologias e objetivos divergentes e, durante a escrita deste trabalho, ainda não há uma previsão de negociações para uma reunificação. Entre as variadas facções envolvidas no território do país, fora o governo da República Árabe Síria de Assad, incluem: o Hay'at Tahrir al-Sham (HTS), ramificação síria da Al-Qaeda; o Exército Livre Sírio (FSA), principal organização dos rebeldes anti-Assad; Rojava, a administração curda no nordeste sírio que engloba também milícias curdas locais; o Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS) e a Sala de Operações do Sul (SOR), coalizão de milícias rebeldes drusas (Luthi, 2025).

No contexto internacional moderno, pós-segunda guerra, é imprescindível deixar claro, no entanto, o envolvimento de potências externas em regiões atingidas por confrontos armados, geralmente em países subdesenvolvidos, apoiando uma ou mais facções, atrás de seus próprios fins geopolíticos. Este fenômeno, conhecido como *proxy war* (guerra por procuração) nas relações internacionais não é exclusivamente recente, na verdade, pode-se encontrar registros históricos de guerras características de uma *proxy* desde a Era Antiga como a “Expedição Siciliana”, sendo um imbróglio de Esparta e Atenas em 415 a.C. no apoio respectivo das cidades de Siracusa e Segesta, relatada por Tucídides (2001, p. 37) no sexto livro da História da Guerra do Peloponeso.

O que vale ressaltar, todavia, é a *predominância* desta modalidade de guerra no período pós-Segunda Guerra em virtude das duas superpotências com armas nucleares não desejarem trocar golpes diretamente, temendo o desencadeamento de uma devastadora hecatombe nuclear. Na verdade, pode concluir-se que as armas nucleares, servem até hoje como ferramentas eficazes de dissuasão contra potenciais agressores devido a este medo. Não obstante, a luta pela hegemonia global entre Estados Unidos e União Soviética não cessou; desta vez as lutas armadas foram delegadas para os territórios de países terceiros, “[...] os russos teriam bombas atômicas o suficiente para devastar os Estados Unidos [...] até então o perigo mais significante era o da guerra por procuração.” como Gaddis (2005, p. 95, tradução própria) asserta analisando a estratégia de contenção norte-americana na Guerra Fria.

Para a compreensão deste jogo de xadrez russo-americano, a teoria neorrealista ofensiva das relações internacionais é preferida, pois não somente realça a lógica de raciocínio de um Estado no sistema, como também estuda os impulsos belicosos das grandes potências, neste caso, em regiões periféricas do globo. John Mearsheimer, principal acadêmico associado ao realismo ofensivo, afirma que grandes potências estão sempre procurando por oportunidades de ganhar poder relativo sobre seus rivais, com a hegemonia sendo o objetivo final (Mearsheimer, 2001, p.29).

Entre os variados modos de ampliação do poder relativo de um Estado no SI, destaca-se aqui o estabelecimento de Estados satélites que de forma resumida, são Estados *de jure* independentes, que possuem: organizações governamentais, um líder publicamente conhecido e até mesmo um aparato estatal próprio, mas na prática, são subordinados a um Estado “mestre”. Além disso, o Estado patrocinador não apenas estabelece-o através da força político-militar, mas também controla sua vida cotidiana através do uso de meios econômicos. O Estado de Manchukuo, subordinado ao Japão Imperial pós-invasão à China e a República da Eslováquia estabelecida pelo Terceiro Reich pós-invasão à Tchecoslováquia na década de 1930 são exemplos históricos de Estados-fantoches (Silins, 1991, tradução própria).

Este trabalho explora a guerra civil síria como disputa por regiões estratégicas para grandes potências nas relações internacionais contemporâneas e como a Síria contribui para a luta pela hegemonia, além do estudo dos objetivos estratégicos dos atores mais relevantes envolvidos no contexto da guerra civil: os Estados Unidos da América e a Federação Russa nas três últimas décadas. A pesquisa será bibliográfica e explicativa utilizando o método qualitativo. Das fontes secundárias, neste estudo irão ser utilizados livros, artigos científicos e teses para que, ao decorrer do trabalho, nos auxilie na conceituação de Estados satélites e guerras proxy. Das fontes primárias, por sua vez, haverá análise de documentos oficiais e discursos públicos de figuras que representam os Estados atores, com a finalidade de decodificar suas finalidades no tocante aos seus respectivos envolvimentos na Síria dando ênfase na análise de política externa de ambos os países e na abordagem histórica e análise documental.

2 PROXY WAR, ESTADOS-SATÉLITES E O CONFLITO SÍRIO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos necessários para compreender a atuação indireta das potências no sistema internacional. Para isso, conceitua-se o fenômeno das guerras por procuração e o papel dos Estados-satélites como instrumentos de projeção dos Estados no contexto da competição no sistema internacional. Em seguida, situa-se a Síria dentro desse quadro, destacando por que seu território passou a ser visto como peça relevante nessa disputa.

2.1 Na Idade Clássica

Os Estados buscaram expandir sua influência política, econômica e militar sobre outras comunidades desde a Antiguidade. A lógica das relações interestatais já se estruturava em torno da competição por hegemonia regional, em que a supremacia não se limitava à conquistas territoriais estendidas apenas, mas também à capacidade de controlar outros Estados e pender favoravelmente a balança de poder de forma indireta. Tucídides (2001) em 404 a.C. nos expôs essa lógica quando relatava como fazia a dominação da cidade-estado de Atenas para com seus aliados, não somente mantendo-os sob sua chefia, mas também impondo-os tributos em navios e dinheiro, enquanto que os espartanos, por seu turno, impuseram-os o formato oligárquico de governo (Tucídides, 2001, p. 13).

A disputa entre as pólis Atenas e Esparta, as duas maiores potências gregas do século V a.C., por exemplo, não se restringia a confrontos diretos, mas se manifestava na formação de alianças, no apoio a facções locais e no financiamento de guerras travadas por terceiros (Tucídides, 2001, p. 37). No sexto livro de sua obra ele menciona a Expedição Siciliana (415–413 a.C.) quando Atenas, já envolvida na longa disputa contra Esparta, aproveitou o pedido de ajuda de seu aliado – a cidade-estado Segesta – localizada na ponta oeste da ilha da Sicília¹ em um conflito contra Selinunte na qual se encontrava em desvantagem militar, como oportunidade de expandir sua influência no Mediterrâneo e tomar a cidade-estado de Siracusa (aliada à Liga do Peloponeso) no outro lado da ilha, por consequência, enfraquecendo a projeção espartana de poder. Os espartanos, por sua vez, enviaram seus hoplitas à ilha em apoio à Siracusa, o que transformou uma rivalidade local em reflexo da competição hegemônica entre as duas maiores potências gregas (Tucídides, 2001, p. 361-363).

¹ Nessa época a região da Sicília e sul da Itália era conhecida como *Magna Graecia* ou *Megálē Hellás* (Grécia Maior) devido à presença de cidades helênicas de origem colonial de navegadores gregos.

2.2 Conceituando as guerras *proxy*

A Expedição Siciliana pode ser considerada uma guerra proxy por se tratar de uma oportunidade ateniense de minar a posição espartana na ilha da Sicília e no Mediterrâneo Ocidental, portanto possivelmente garantir-se como hegemon desta região do mundo grego.

Segundo Geraint Alun Hughes (2014), as guerras *proxies* são aquelas em que estados (ou patrocinadores) auxiliam e apoiam representantes não estatais envolvidos em um conflito contra um adversário ou alvo comum. Geralmente possuem três objetivos estratégicos distintos: a exploração de grupos terceiros (*proxies*) como parte de uma política de coerção; a disruptão, na qual o patrocinador está em estado de guerra ou em confronto intensificado com o alvo e pretende enfraquecer-lo militarmente através de forças terceiras como distração; a e a transformação, no caso, construir uma grande transição política dentro do estado alvo, podendo envolver a derrubada do regime dominante, a secessão de parte do território do alvo ou sua incorporação a um vizinho como parte de uma reivindicação territorial irredentista² (Hughes, 2014, p. 523-524, tradução própria). Contudo, dado os eventos históricos exemplificados aqui, os recipientes não precisam essencialmente ser atores não-estatais *stricto sensu*, apesar de ser uma recorrência moderna.

Por sua vez, Andrew Mumford (2013a, p. 11) categoriza essas guerras como o sendo “constitutivas de uma relação entre um benfeitor, que é um ator estatal ou não-estatal externo [...], e seus receptores escolhidos, que são o canal para armas, treinamento e financiamento do benfeitor”. Ademais, essas intervenções à distância são empreendidas ostensivamente por razões de maximização de interesse, ao mesmo tempo que minimização de risco. Em suma, as guerras por procuração são a substituição lógica para Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitam o envolvimento em guerras diretas, custosas e sangrentas (Mumford, 2013a, p. 12, tradução própria). Mumford (2013a) cita a denominação de Karl Deutsch de 1964 das guerras por procuração:

[...] um conflito internacional entre duas potências estrangeiras, travado em território de um terceiro país; disfarçado de conflito sobre uma questão interna daquele país; e que utiliza parte da força de trabalho, recursos e

² Irredentismo é o desejo de anexar terras adjacentes a um Estado por motivos de que historicamente pertenceram ao potencial Estado anexador ou porque ali se encontram pessoas culturalmente semelhantes às do potencial Estado anexador. O termo foi cunhado do italiano *Italia irredenta* e *terra irredenta* do Matteo R. Imbriani em 1877, em referência às terras com povos italianos reivindicadas pela Itália unificada no século XIX (White, Millett, 2020, p. 419). Acesso em 05 dez. 2025.

território daquele país como meio para atingir objetivos e estratégias predominantemente estrangeiras (Deutsch, 1964, p. 102, *apud* Mumford, 2013a, p. 13, tradução própria).

Mumford (2013a) argumenta, porém, que a definição de Deutsch é excessivamente estadocêntrica, pois ignora o papel que atores não estatais podem desempenhar nesses conflitos (Mumford, 2013a, p. 13, tradução própria). Nessa linha, Hughes (2014) observa por exemplo, os *mujahideen* anticomunistas na Afeganistão da década de 1980 que foram apoiados por vários apoiadores externos (incluindo os EUA, Reino Unido, França, Paquistão, Arábia Saudita e China) (Hughes, 2014, p. 524).

Embora o uso de *proxies* tenha sido frequente ao longo da história, foi somente no século XX que a guerra por procuração se transformou em uma forma prolífica de conflito. Mumford (2013b) atribui isso à sombra da guerra nuclear, desde 1945, ter forçado uma maior seletividade no tocante ao engajamento em conflitos pelas potências, ao invés de lutarem diretamente (Mumford, 2013b, p. 40, tradução própria). John Mearsheimer (2023), por sua vez, argumenta que o medo de uma guerra nuclear das grandes potências não elimina a ameaça de uma guerra convencional entre elas. “O fato de que a União Soviética e os EUA gastaram trilhões de dólares competindo pelo poder durante a Guerra Fria, e China, Rússia e EUA fazendo o mesmo hoje”, mesmo possuindo armas nucleares, segundo ele prova que ainda temem por sua sobrevivência e se preparam para a guerra convencional contra seus rivais (Mearsheimer, 2023, tradução própria).

Contudo, pode-se afirmar que a guerra por procuração é a alternativa mais segura para uma potência, no cenário global atual, de tornar a balança de poder relativo ao seu favor e esse apelo se dá pelo fato delas proverem uma negabilidade plausível para os Estados patronos. Como evidencia Hughes (2014), os Estados patrões geralmente fornecem assistências clandestinas a ponto de que é geralmente difícil de adquirir evidências verificáveis de que uma facção em um determinado conflito armado está de fato sendo usada como proxy por um patrocinador externo (Hughes, 2014, p. 524).

K. J. Holsti (1996, p. 262) calculou que trinta por cento de todas as guerras entre 1945 e 1995 presenciaram algum nível de intervenção externa. Todavia este número, de acordo com Mumford (2013a), pode ser ainda maior, já que Holsti (1996) não incluiu em sua base de dados as guerras de libertação nacional do Terceiro Mundo no meio do século que obtiveram considerável apoio das superpotências patronas, à medida em que as mesmas procuraram maneiras de mudar a política regional ao seu favor ideológico (Mumford, 2013a, p. 14).

Frederic Pearson (1974, p. 262) elenca seis motivos principais sobre o interesse de governos estrangeiros a intervirem militarmente num conflito em curso (apesar dele não utilizar da terminologia *proxy*), sendo eles: (1) aquisição ou domínio territorial; (2) proteção de grupos sociais no alvo, incluindo reivindicações irredentistas; (3) proteção de interesses econômicos no alvo, incluindo empreendimentos comerciais ou recursos naturais; (4) proteção de interesses diplomáticos ou militares no alvo, como bases militares, embaixadas ou diplomatas; (5) ideologia, envolvendo sistemas de crenças ou doutrinas organizadas; (6) balança de poder regional. É possível aferir, então, que é tentadora a estratégia de guerras por procuração para um Estado que deseja alterar a balança de poder relativa ao seu favor sem causar muitos danos ao próprio país na dinâmica internacional moderna, ao mesmo tempo que possa ferir e desestabilizar Estados hostis.

É de valor, todavia, elucidar que essas estratégias têm seus riscos. Geraint Hughes (2014) aponta que: para os Estados patrocinadores, os riscos envolvem o potencial de envolvimento intensificado na guerra corrente (recorrendo às suas próprias forças armadas), retaliação e também as consequências não intencionais de apoiar as forças rebeldes, ao mesmo tempo que, para as forças *proxies* envolvidas, o risco é que sejam tratadas como dispensáveis por seus patronos externos e manipuladas por eles, além do possível abandono, caso falhem seus benfeiteiros externos em sua missão ou os provem como ineficazes (Hughes, 2014, p. 527, tradução própria).

Mumford (2013a) percebe que desde o fim da Guerra Fria, as *guerras proxy* induzidas por superpotências foram amplamente substituídas por guerras proxy impulsionadas por potências regionais e por meio da infiltração de grupos de milícias (Mumford, 2013a, p. 103, tradução própria). Isso é evidenciado pela mudança constante da balança de poder nas relações internacionais desde a queda da União Soviética em 1991 e a unipolaridade dos EUA até a ascensão de novas potências no novo século como os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outras potências regionais relevantes como Turquia, Arábia Saudita, Irã, Paquistão e Indonésia. Dessa forma, o maniqueísmo dualista da disputa do bloco socialista contra o capitalista num sistema bipolar é deixado para a história com um sistema cada vez mais multipolar.

2.3 Estados satélites

O fenômeno do estabelecimento de Estados-satélites é fortemente associado às guerras por procuração. As guerras por procuração e os Estados satélites estão intimamente

conectados, visto que muitas vezes a intervenção indireta visa não apenas vencer no campo militar, mas também moldar o regime político resultante. Relembrando Hughes (2014), um dos objetivos da guerra proxy é a transformação, ou seja, a engenharia de uma grande transição política no Estado alvo, como parte da grande estratégia de ganho de poder relativo. Bogdan Ivanel (2016, p. 44-46) os configura como entidades estatais que possuem todas as características externas de um Estado *de facto*, porém carecem de independência sob suas funcionalidades [e especialmente política externa]. Estados *de facto*, desconsiderando a legislação internacional, possuem todas as características de um Estado propriamente dito como soberania, território definido, governo e capacidade de se relacionar com outros Estados, exceto o reconhecimento internacional, no qual os debates entre acadêmicos do direito internacional sobre a relevância deste critério deu origem à esta categoria separada de Estados (Ivanel, 2016, p. 46). Os Estados satélites, por sua vez, não possuem soberania, sua existência depende de seu Estado mestre, ressalta Bogdan. Bem como, Giovanni Distefano (2025, p. 209) os descrevem:

[...] carecem de plenitude e exclusividade no exercício da autoridade governamental. Em vez disso, outro Estado, “o marionetista”, exerce essas funções governamentais, de modo que o Estado fantoche não tem exclusividade no exercício das funções estatais, tanto internamente quanto, sobretudo, externamente – em suas relações com outros Estados e sujeitos da ordem jurídica internacional.

Distefano (2025, p. 211, tradução própria) no seu livro traz uma importante distinção entre protetorados e Estados-fantoche no sentido que os primeiros já existiam anterior à sua dominação e são estabelecidos, segundo ele, com o consentimento d[as autoridades do] Estado, normalmente através de algum tratado internacional, além disso ele retém a sua soberania interna e seu exercício (*summa potestas*), enquanto o exercício de sua soberania externa (*suprema potestas*) é confiado, por tratado, ao Estado protetor. Entretanto, as diferenças da gênese de ambos os tipos de Estados não excluem o fato de que exercem as mesmas funções internas de administração, mesmo com a anuência do seu Estado-mestre, enquanto que totalmente dependentes do mesmo no quesito da política externa, tal como é exibido no artigo sobre o domínio britânico no Egito (1915, p. 202-204). Além disso, eles possuem as mesmas utilidades para os Estados patrocinadores que é a expansão da projeção de poder e esfera de influência das potências estrangeiras, enquanto elas evitam o ônus de uma ocupação estrangeira direta.

No mundo atual, com o advento das legislações internacionais, a dominação direta de

um território por outro Estado é ilegitimada e torna-se custosa politicamente, logo, de acordo com Ivanel (2016) “um Estado fantoche oferece o local perfeito para a ocupação impune”. Dado o contexto, a criação de Estados-satélites constitui-se então, numa ocupação clandestina, diz ainda Ivanel, ao passo que oferece todas as vantagens da ocupação, ao mesmo tempo em que evita os custos políticos diretos e inclusive a evitar repercussões a respeito de violações de direitos humanos[, dando a possibilidade do uso da negabilidade plausível pelo Estado patrocinador] (Ivanel, 2016, p. 44, tradução própria). O autor na mesma página determina que essa ocupação secreta se traduzirá numa possível futura anexação de fato do Estado-fantoche.

Não necessariamente é o caso, já que uma anexação formal destes Estados possivelmente traria a ocupação às claras, tanto no quesito dos direitos humanos, quanto nas fronteiras internacionais reconhecidas, pois os Estados fantoches, segundo o próprio Ivanel, “constituem essencialmente buracos negros no direito internacional no que diz respeito à proteção dos direitos humanos” (Ivanel, 2016, p. 45, tradução própria). Esta confusão permite aos perpetradores contornar as regulamentações do direito internacional, protegendo seu patrocinador de represálias, e este fato comprova a própria viabilidade da manutenção da existência dos Estados-satélites para seus mestres neste sistema internacional atual. Exemplos atuais de Estados-satélites incluem: Chipre do Norte [satélite da Turquia], Abecásia, Ossétia do Sul e Transnístria [satélites russos] e Nagorno-Karabakh [antigo satélite armênio, em 2024 incorporado pelo Azerbaijão³] (Ivanel, 2016, p. 44).

John Mearsheimer (2001) exalta a importância de um Estado expandir-se até o ponto de tornar-se um hegemôn em sua região e maximizar sua fatia de poder vis-à-vis outros Estados e isso tem a ver com a própria estrutura do sistema internacional que é anárquica, não necessariamente caótica, mas sim, sem uma autoridade acima dos Estados para recorrer por ajuda, logo devem contar apenas com as próprias capacidades para garantir sua sobrevivência e garantir que seja poderoso o bastante para dissuadir outras potências de atacá-lo (Mearsheimer, 2001, p. 29-33). O autor usa como exemplo o México e o Canadá: “Nenhum deles cogitaria atacar os Estados Unidos, que é muito mais potente do que os seus vizinhos” em referência a hegemonia norte-americana no hemisfério oeste (Mearsheimer, 2001, p. 34, tradução própria). Mearsheimer (2001) também sugere que as únicas áreas de interesse estratégico vital para grandes potências ao lado de sua própria região são aquelas

³ Evento da anexação do Estado da República de Artsakh pelo Azerbaijão:
<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/republica-de-nagorno-karabakh-deixara-de-existir-em-2024-entenda-conflito-entre-armenia-e-azerbaijao/>. Acesso em 06 out. 2025.

que contêm outras grandes potências ou uma abundância de algum recurso crítico sobre o qual a economia mundial depende. Na Guerra Fria, como exemplo, o foco era: Europa, nordeste da Ásia, onde estava localizada a União Soviética e o Golfo Pérsico, rico em petróleo [o chamado “anel de contenção”]. Hoje, no entanto, o sudeste da Ásia é bastante importante para os EUA, pois a China se tornou uma grande potência. Isso explica por que Washington está preparado para defender o *status quo* em Taiwan e no Mar da China Meridional (Mearsheimer, 2023, tradução própria). A criação de Estados-fantoches em regiões estratégicas do globo, portanto, serve como parte estratégica do expansionismo dos Estados-potências que buscam tornar a balança de poder ao seu favor e tornar-sem hegemonias e garantir sua sobrevivência no sistema internacional.

2.4 Síria como peça

A Síria possui uma centralidade estratégica na dinâmica de poder do Oriente Médio, sendo uma peça cuja posição territorial, recursos e conexões inter-regionais a tornou um palco de competição entre potências regionais e extrarregionais pela posse direta ou indireta. Recentemente, o advento da guerra civil deu fruto à novas oportunidades de conquista por potências maiores, através do uso de proxies, com o fim de obter ganhos relativos no sistema internacional, expandindo suas esferas de influência e limitando seus rivais.

2.4.1 A Grande Síria e al-Sham

A região da Grande Síria historicamente (conhecida como *Bilad al-Sham* ou Levante⁴) que abrangia a atual República Árabe Síria, o Líbano, a Palestina e a Jordânia, a ocupou uma posição geopolítica importante no Oriente Médio, conforme Vakim e Kuznetsov (2016), pois desempenhou um papel central na região, atuando como zona tampão entre o Egito, a Anatólia e a Mesopotâmia [atual Iraque] (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 462, tradução via DeepL). A autora Nurhayat Ulusoy (2021) a descreve como “um solo fértil de conflitos entre superpotências”, onde cada uma delas tentou estabelecer e, posteriormente, incentivar sua presença militar no local devido às fontes de energia, como reservas de petróleo e gás natural. Portanto, possuir uma capacidade militar eficaz, “especialmente um poder naval

⁴ Mapa da região conhecida como Levante:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Levant_\(orthographic_projection\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Levant_(orthographic_projection).png). Acesso em 26 out. 2025

significativo”, é bastante valioso para os Estados envolvidos (Ulusoy, 2021, p. 190-191, tradução própria).

Pela razão de ser a rota de passagem terrestre em direção ao Egito ao sul e à Anatólia⁵ ao norte, Abdulhalim Seçkin (2013) descreve a Síria como o país com a posição estratégica mais importante do Oriente Médio “[...] sem dominar a Síria, ninguém pode realmente dominar o Oriente Médio”. Isto também é evidenciado pelos impérios que conquistaram esta região e lutaram para mantê-la ao longo da história, dos quais Seçkin cita: os hititas, romanos, [Califados] islâmicos, otomanos, franceses e ingleses (Seçkin, 2013, tradução via DeepL, grafia própria). Partindo dessa premissa, a potência que domina a Síria colocaria tanto o Egito quanto a Anatólia em risco.

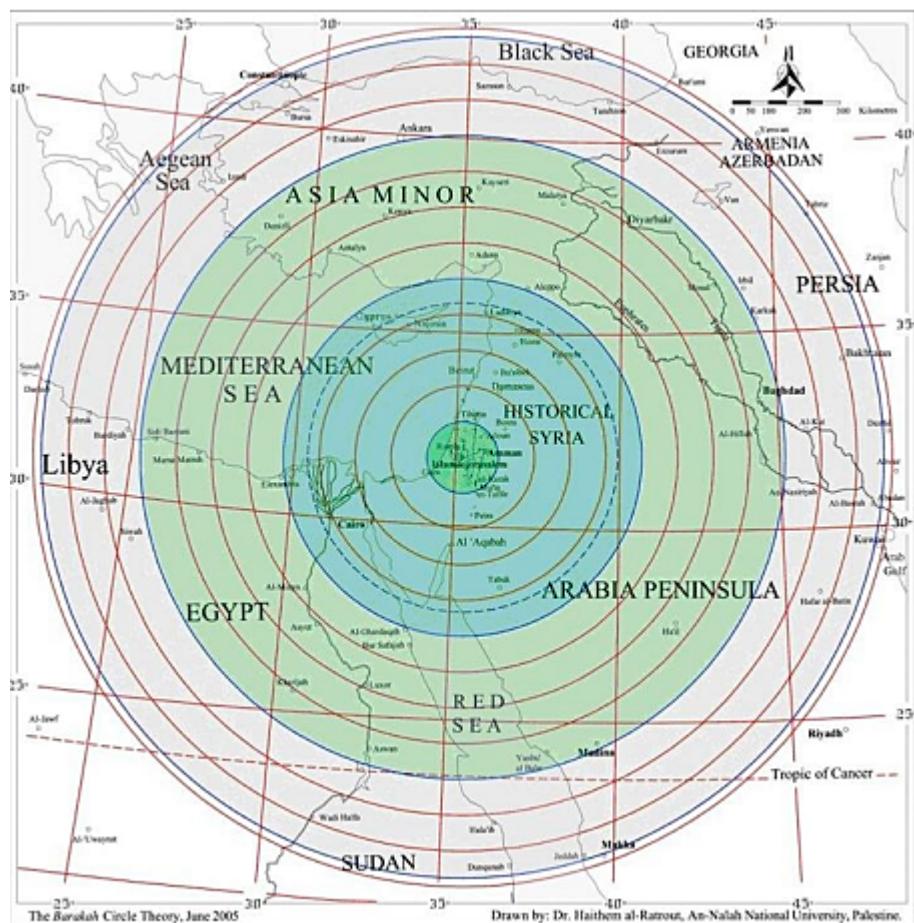
Além disso, a segurança das regiões da Palestina e de Jerusalém também depende, em grande medida, do controle sírio. Segundo Seçkin (2013), um Estado que pretenda manter-se na Palestina precisa controlar o território compreendido entre o Eufrates e o Nilo e sem dominar essa área direta ou indiretamente, torna-se difícil garantir a permanência naquela região. Sob uma perspectiva histórica, Seçkin recorda que o sultão Saladino Ayyub, após conquistar o Egito e a Síria, conseguiu libertar Jerusalém das forças cruzadas. O autor observa que até mesmo os cruzados, ao organizarem sua campanha pela posse de Jerusalém, ocuparam primeiramente os pontos estratégicos da Síria para, em seguida, avançar sobre Jerusalém. Ademais, quando a cidade de Urfa foi retomada pelos muçulmanos, os europeus lançaram a Segunda Cruzada, alegando que Jerusalém se encontrava sob ameaça (Seçkin, 2013, tradução via DeepL). Na atualidade, a posição estratégica síria torna-se evidente, de acordo com Seçkin, quando se observa seus vizinhos regionais. O país está situado entre a Arábia Saudita, o Iraque, o Egito e a Turquia. Assim, qualquer potência que consiga atrair a Síria para sua esfera de influência fortalece sua posição na região. E mais, sua costa no Mediterrâneo, permite o acesso às águas quentes deste mar, bem como os recursos subterrâneos da Síria, como petróleo e fosfato (Seçkin, 2013, tradução via DeepL).

No artigo de Ulusoy (2021, p. 188-189), ela retoma a Teoria dos Três Círculos de *Barakah* de Abd al-Fattah El-Awaisi (2007; 2016), onde propõe que a região do Levante também possui relevância teológica e espiritual para a segurança da área da mesquita de *Bayt al-Maqdis* [“A Mesquita mais distante”] em Jerusalém que ocupa um papel central. Seguindo a Teoria dos Círculos de *Barakah*, proposta por El-Awaisi, as cidades de Meca, Medina e a

⁵ A Anatólia corresponde à parte asiática da Turquia, localizada a leste dos Estreitos de Bósforos e Dardanelos. Mapa disponível em WIKIMEDIA COMMONS. Anatolie Limits. Licença: CC BY-SA 3.0. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AnatolieLimits.jpg>. Acesso em: 25 out. 2025.

mesquita de *Bayt al-Maqdis* simbolizam, respectivamente, a orientação, a misericórdia e a bênção (*barakah*). Os espaços são organizados em círculos, pois correspondem aos raios projetados de distância a partir destas cidades, onde elas por sua parte, emitem suas influências: o Primeiro Círculo corresponde a área em volta da mesquita de Jerusalém; o Segundo Círculo abrange o Levante e o Egito, cuja unidade e estabilidade são fundamentais para a segurança do Primeiro Círculo; e o Terceiro Círculo inclui o Hejaz [costa oeste da Arábia Saudita], partes da Turquia, Iraque, Egito, Líbia, Sudão, Kuwait e Irã.

Figura 1 - Mapa da Teoria dos Três Círculos de Barakah do El-Awaisi



Fonte: (Ulusoy, 2018, p. 189).

Essa abordagem da região nos remete à teoria do *Heartland* de Mackinder (1942), inclusive quando Ulusoy parafraseia El-Awaisi: "Quem governa o primeiro círculo (*Bayt al-Maqdis*), comanda o segundo círculo (Al-Sham e Egito). Quem governa o segundo círculo, comanda o terceiro círculo (Iraque e Turquia). Quem governa o terceiro círculo, comanda o mundo" (El-Awaisi, 2007; 2016, *apud* Ulusoy, 2021, p. 188-189, tradução própria). A autora,

diferente de El-Awaisi, traz uma interpretação mundana da teoria sobre o valor do controle desta região. Ela menciona como a Grã-Bretanha e a França ocuparam o Egito e a Síria, antes de passarem a ocupar a Palestina, e argumenta que a potência que dominar essas duas regiões acabará dominando a Palestina. Ela traz também o estabelecimento da base naval de Tartus pela União Soviética para o acesso às águas do Mediterrâneo Oriental como comprovação de sua teoria (Ulusoy, 2021, p. 190-191, tradução própria). Nesta lógica, sua tese dialoga com Seçkin a respeito do domínio do Levante e do Egito depender da conquista da Síria.

O próprio Mackinder (1942) menciona a importância da região da Arábia, na qual a Síria está situada, da “Ilha-Mundo” (Eurásia + África) para o “Homem da Terra” (potência terrestre) por ser uma passagem por terra da Eurásia até a África, e finalmente chegando ao Saara, região na qual o autor intitula como “Segundo Heartland”. Apesar dele não mencionar, a Arábia, na verdade, também é estratégica para o “Homem do Mar” (potência marítima), visto que ele cita as passagens por água que circundam a região, sendo essas o Mar Vermelho que conecta-se ao rio Nilo e artificialmente ao Mar Mediterrâneo pelo canal de Suez, os rios Eufrates e Tigre e o Golfo Persa, onde rotas comerciais afluem, dessa forma, importantes para o controle econômico e obtenção de alavancagem contra potências que dependam dessas rotas, através de bloqueios (Mackinder, 1942, p. 57-60).

Tendo em vista a consonância entre as teorias de Seçkin (2013) e Ulusoy (2021) e a posição da Arábia na Ilha-Mundo de Mackinder, pode-se compreender a Síria como um elo central para a segurança regional do Médio Oriente e Mediterrâneo Oriental. Seu domínio, levando em consideração as passagens terrestres e marítimas eurasiáticas e os recursos naturais, garante às potências a capacidade de projetar poder político e alavancagem econômica, consolidando sua presença geoestratégica na região.

2.4.2 Palco da guerra

No século XXI, a guerra civil síria, iniciada em 2011, tornou-se palco de disputa indireta entre múltiplas potências interessadas no país em uma complexa rede entrelaçada de alianças e hostilidades sectárias. A influência do Irã, a segurança interna de Israel, o interesse da Rússia e da China, e as diversas posições dos EUA e da Europa, para Beate Ulmer (2013) “transformaram uma guerra civil em uma guerra por procuração, onde a disputa entre o Oriente e Ocidente gira em torno da dominação no Oriente próximo” (Ulmer, 2013, p. 85, tradução própria).

O início do conflito ocorreu com os protestos em Deraa, em meados de março de 2011, quando um grupo de adolescentes locais foi preso pela polícia e supostamente torturados por "pichar" muros com o lema da Primavera Árabe: "Al-sha'b yurid isqat al-nizam" [o povo quer a queda do regime]. A derrubada bem-sucedida dos governos na Tunísia e no Egito foi o gatilho para a eclosão da revolta. Posteriormente, milhares de sírios saíram às ruas em todo o país exigindo a queda do regime do presidente Bashar al-Assad. O que começou como um protesto pacífico degenerou em uma guerra civil em grande escala entre o exército leal ao regime e uma oposição fragmentada, com milhares de mortos de ambos os lados (Ulmer, 2013, p. 85, tradução própria). Em 14 de março, um dia antes dos protestos em Deraa, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos enviaram tanques para o Bahrein, país vizinho, para reprimir os protestos que ocorriam lá e a resposta internacional foi discreta. A partir disso, Damasco possivelmente percebeu, em primeiro lugar, que o uso da força poderia ser eficaz para reprimir a dissidência e, em segundo lugar, que a comunidade internacional pode ser seletiva em sua indignação (Phillips, 2020, p. 56, tradução própria).

As motivações para esses protestos, para Andrew Terrill (2011), foram quase inteiramente por preocupações domésticas da população síria na época, como o desemprego, a pobreza, a corrupção, além da demanda por democratização. Dentre essas, Vakim e Kuznetsov (2016) relevam as reformas neoliberais implementadas na economia sob o governo de Bashar al-Assad no início dos anos 2000, que levaram à pobreza generalizada de grande parte da população e as ações arbitrárias dos serviços secretos, além de sua interferência na economia como as principais que agravaram o conflito (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 462, tradução via DeepL). No entanto, eles dão luz aos vetores externos regionais e extrarregionais interessados na Síria e reiteram que o conflito sírio não teria assumido formas tão violentas e em larga escala sem a intervenção de atores internacionais, ademais, tais atores alimentam a guerra civil no país e dificulta significativamente a resolução do conflito sírio (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 462, tradução via DeepL).

2.4.3 Síria em jogo: potências regionais

Desde o início do conflito, a República Islâmica do Irã engajou na defesa de seu aliado, o governo sírio liderado por Bashar al-Assad. Segundo Vakim e Kuznetsov, a aliança entre Teerã e Damasco existe não por causa da similaridade de crenças entre a elite alauita síria e o clero xiita, mas sim por conveniência geopolítica. No caso, esta aliança originou-se na expansão da influência iraniana no mundo árabe e no fornecimento de apoio ao

movimento pró-iraniano *Hezbollah* no vizinho, Líbano (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 462, tradução via DeepL). Esta aliança também serviu como uma contrabalança contra o poder do Iraque de Saddam Hussein, que desde Setembro de 1980, estava envolvido numa guerra intensa e aberta com o Irã [até 1988] e hostil à Síria de Hafez al-Assad. A hostilidade iraquiana vis-à-vis à Síria existia devido aos rumos distintos do nacionalismo árabe Baathista que ambos os países tomaram a ponto de tornar-se irreconciliáveis. Assim, a aliança sírio-iraniana, iniciada em 1980, deixaria o Iraque “numa guerra em duas frentes” como os autores colocam (Seale, 1997, p. 351-356, *apud* Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 462, tradução via DeepL).

Desde então, a Síria desempenha um papel importante no “eixo da resistência” que a República do Irã vem construindo nas últimas [três] décadas. A queda do governo de Assad impediria Teerã de apoiar o Hezbollah no Líbano e enfraqueceria consideravelmente sua projeção no mundo árabe. Para atingir este objetivo, o Irã fornecia até 7 bilhões de dólares anualmente em apoio financeiro ao governo sírio, além do fornecimento de armas e adidos militares, somado à participação ativa das forças militares do Hezbollah em operações de combate na Síria desde maio de 2013, sob as diretrizes da liderança iraniana, à favor do governo de Bashar al-Assad (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 466-467, tradução via DeepL; Hughes, 2014, p. 529, tradução própria). Nessas configurações, o Hezbollah age como uma força *proxy* da República Islâmica do Irã nos assuntos do Médio Oriente. O próprio líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, havia confirmado em um discurso à TV libanesa al-Manar o envolvimento da organização com o intuito de defender a Síria de ser possivelmente “destruído como nação, Estado e povo”, e evitar que o “mesmo possa acontecer no Líbano” (Nasrallah, 2013, tradução via DeepL).

A aliança estratégica contínua entre a Síria, o Irã e o movimento Hezbollah (o eixo da resistência) foi percebida pelo Reino da Arábia Saudita como uma ameaça aos seus interesses nacionais. Essa é uma das principais razões, de acordo com Vakim e Kuznetsov, pelas quais os Estados do Golfo tomam ações subversivas contra a Síria (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 466, tradução via DeepL). Alastair Crooke (2011), ex-agente do MI6 britânico relatou, na época, à Asia Times que na primavera de 2011, um dos mais altos funcionários da Arábia Saudita, numa conversa com John Hannah, antigo chefe de gabinete do ex-vice-presidente Dick Cheney, expressou a crença do rei saudita que uma mudança de regime na Síria seria extremamente benéfica para a Arábia Saudita. Ele afirmou: “O rei sabe que nada, além do próprio colapso da República Islâmica, enfraqueceria o Irã mais do que a perda da Síria”. Com base nisto, é compreensível que o Reino da Arábia Saudita tenha se dedicado para o fim

do regime Assad após o início dos protestos no país em Março de 2011 (Crooke, 2011, p. 51, tradução própria).

Tendo em vista a possibilidade de pender a balança de poder ao seu favor e decepcionado com o estado da oposição síria moderada, Riade decidiu apoiar organizações armadas islâmicas radicais que seguiam a vertente salafista-wahhabista do sunismo como "Ahrar al-Sham", "Liva al-Tawhid", "Liva al-Haqq", "Ansar al-Sham" e Frente Islâmica Curda que reuniu até 50.000 combatentes (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 467, tradução via DeepL). Hughes (2014) afirma, no entanto, que é difícil medir com acurácia a atratividade do salafismo na Síria, visto que alguns grupos rebeldes sírios pareciam declarar simpatias salafistas estrategicamente para atrair o apoio saudita e de outros estados do Golfo às suas causas. (Hughes, 2014, p. 528, tradução própria).

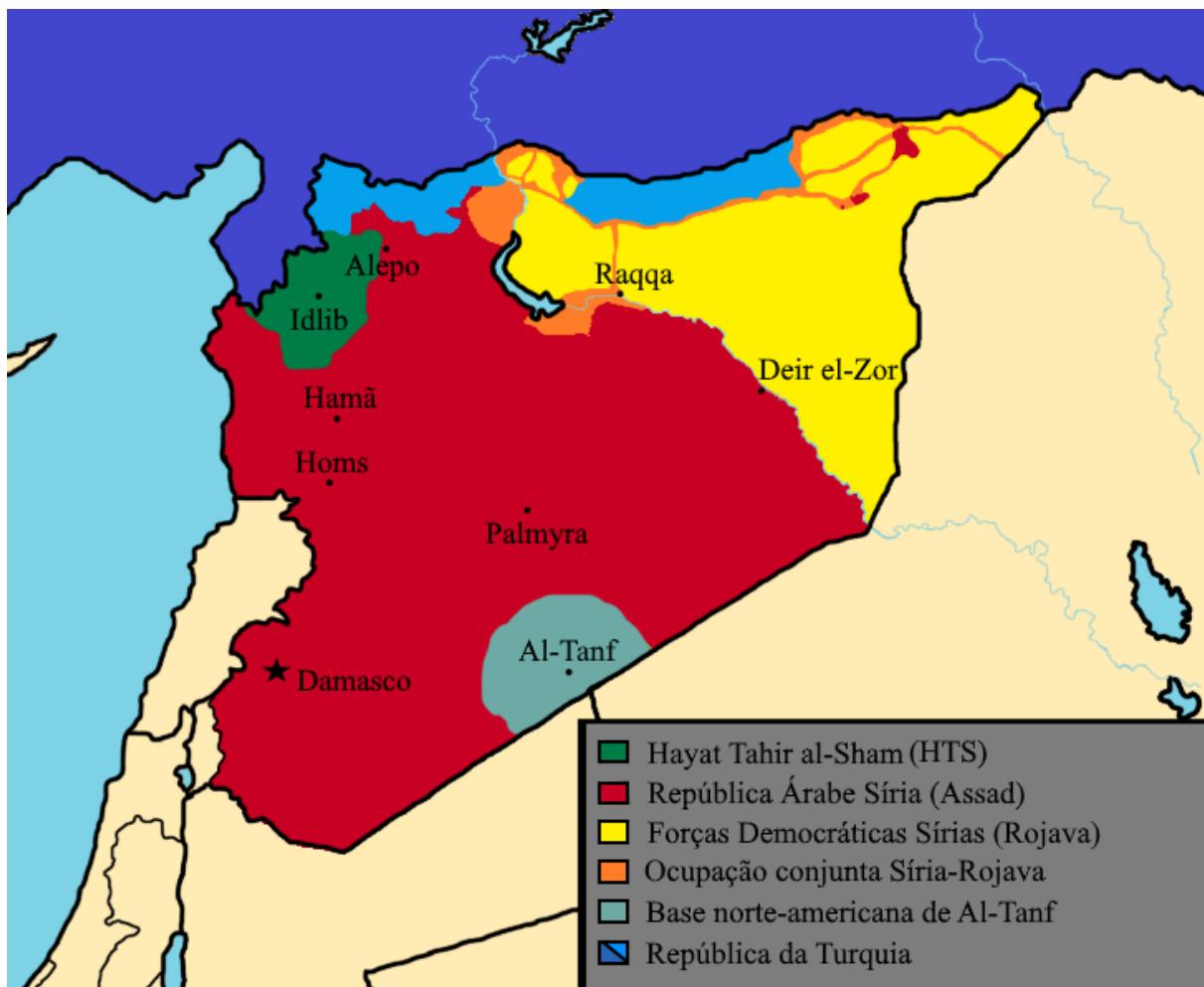
O caso da intervenção turca é analisado a partir da ascensão em 2002, do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) que trouxe uma ruptura com o legado secular de Kemal Atatürk para uma política externa do país, no qual Jaime Spitzcovsky (2021) indica como "neo-otomanismo". Para Vakim e Kuznetsov, essa ruptura tornou-se definitiva entre 2007 e 2009, quando os planos das elites turcas de ingressar na União Europeia (UE) fracassaram, que levou à concretização dos planos dos islamistas turcos de integrar o país ao mundo islâmico em posições de liderança. Dessa forma, a elite turca passou a conceber o Oriente Médio como o "quintal" da Turquia (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 467-468, tradução via DeepL).

Logo, os protestos em massa que começaram na Síria durante a primavera de 2011 foram vistos por Ancara como oportunidade política para legitimar seus aliados políticos no país, o movimento da Irmandade Muçulmana, e integrá-los ao governo sírio. Para atingir esse objetivo, os turcos tentaram se posicionar como mediadores entre o governo de Assad e a oposição nos primeiros meses da crise síria (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 468, tradução via DeepL). A determinação do ditador sírio em esmagar a insurgência, todavia, e em seguida os confrontos militares entre as forças armadas sírias e turcas, mais o influxo transfronteiriço de milhares de refugiados levaram o governo do AKP de Erdogan a declarar a queda de Assad como um objetivo, e também a apoiar o Conselho Nacional Sírio (CNS) da oposição (Hughes, 2014, p. 525, tradução própria). Posteriormente, o primeiro-ministro turco Erdogan, permitiu que o Exército Livre Sírio se organizasse em território turco e também ofereceu refúgio aos opositores políticos de Assad. (Hughes, 2014, p. 525, tradução própria).

Durante o verão de 2014, os turcos ficaram desapontados com os debacles do FSA e do movimento da Irmandade Muçulmana, que revelaram suas fraquezas, e começaram a

apoiar abertamente outros grupos mais extremistas e terroristas (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 468-469, tradução via DeepL). Entre esses grupos o que se destaca é a *Jabhat al-Nusra* (Frente Nusra) que havia tomado controle da província de Idlib, uma ramificação da al-Qaeda na Síria que se desvincilhou da organização matriz em 2016, fundindo quatro outras milícias salafistas no tornou-se o que hoje conhecemos como Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) (Luthi, 2025, tradução própria).

Figura 2 - Síria em 2020 com o domínio do HTS sobre Idlib



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Segundo Niall Mulholland (2025), o HTS tem mantido uma relação ambígua com a Turquia, cuja atuação no noroeste da Síria consolidou um arranjo de tutela indireta sobre o território de Idlib. Apesar de seus membros mais radicais já terem classificado o exército turco como “infiéis”, desde 2017, Ancara tem garantido proteção ao enclave controlado pelo grupo, que passou a ser considerado um aliado estratégico, embora imprevisível (Mulholland,

2025). De acordo com Burak Bedkil, Idlib, o último reduto rebelde do país, transformou-se, na prática, em uma província turca, evidenciado pelo uso comum da lira como moeda corrente e com a presença direta de instituições de ensino, segurança e administração civil turcas (Bekdil, 2021). Essa integração progressiva revela um domínio político e econômico turco sob a região como resultante do projeto de política externa “neo-otomana”, com o pretexto de operações humanitárias e de defesa fronteiriça.

Conforme Abdullah Bozkurt (2025), apesar de publicamente classificar o HTS como organização terrorista, o governo de Erdoğan manteve cooperação sigilosa com o grupo por meio da agência de inteligência turca (*Milli İstihbarat Teşkilati*, MİT), permitindo-lhe operar livremente em território turco e utilizando-o como instrumento de sua estratégia regional. De acordo com documentos e declarações posteriores, um acordo entre o MİT e o HTS previa apoio logístico, armamento e financiamento em troca da abstenção de ataques em solo turco e da concentração de esforços na derrubada do regime de Assad (Bozkurt, 2025). Liderada por Hakan Fidan, atual ministro das Relações Exteriores, a inteligência turca considerava Ahmed al-Sharaa (al-Joulani) e seus principais comandantes como ativos valiosos para a execução de objetivos estratégicos de Ancara. Essa relação, marcada pela duplicidade entre condenação oficial e colaboração operacional, consolidou uma rede de interdependência que se manteve mesmo após a ascensão do HTS ao poder em Damasco. Em entrevista concedida à France 24, em dezembro de 2024, Fidan admitiu a cooperação secreta, reconhecendo que o grupo havia fornecido informações sobre o ISIS e confirmando a dimensão pragmática dessa parceria, cuja revelação expôs o grau de envolvimento da Turquia no desfecho político e militar da República Árabe Síria (Fidan, 2024, *apud* Bozkurt, 2025). “Agora Jolani está no poder, e sou eu quem está cumprindo pena por vender armas para eles”, disse Nuri Gökhan Bozkır, ex-membro das forças especiais do exército turco (Bozkurt, 2025, tradução própria).

Após a conquista de Damasco por Al Joulani, Mulholland noticia que o HTS pretende criar um novo exército nacional, envolvendo uma fusão de muitas das milícias atuais que opuseram Assad. Esta será, entretanto, uma tarefa árdua, julga Mulholland, dadas as profundas animosidades envolvidas e os receios de dominação pelas forças do HTS (Mulholland, 2025, tradução própria).

3 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Este capítulo examina a lógica estratégica que orienta a política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, analisando como a sua visão de hegemonia, segurança e projeção de poder moldou a atuação norte-americana no Oriente Médio ao longo das últimas três décadas. Partindo dos principais documentos estratégicos e das práticas operacionais de cada administração, busca-se compreender de que modo essas diretrizes influenciaram a postura dos EUA diante da guerra civil síria, desde os anos 1990 até a queda do regime de Bashar al-Assad em 2024.

3.1 Unipolaridade e a Doutrina Wolfowitz

Em abril de 1992, um rascunho interno do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, redigido sob a supervisão do subsecretário Paul Wolfowitz, foi vazado à imprensa norte-americana. O documento, intitulado *Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994–1999*, estabelecia as diretrizes estratégicas dos EUA no pós-Guerra Fria, conhecido posteriormente como a “Doutrina Wolfowitz” (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992b).

O documento supracitado é uma versão reescrita e revisada aprovada pelo Departamento de Defesa, na época chefiado por Dick Cheney, do rascunho redigido por Wolfowitz em fevereiro do mesmo ano e utilizarei os dois arquivos, pois ambos definiram o caminho para o que se tornaria a política externa norte-americana do século XXI. Wolfowitz enxerga o fim da Guerra Fria e a vitória sobre Saddam na Guerra do Golfo como dois grandes sucessos dos EUA e de seus aliados, porém houve um terceiro e menos visível que foi a integração das democracias sob o sistema de segurança coletivo dos Estados Unidos, e consequente a formação de uma “zona de paz” democrática. (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992b, p. 1). No documento original de fevereiro, as sujeitas democracias são mencionadas diretamente, a Alemanha e o Japão, como estando sob a proteção norte-americana (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992a, p. 1). É possível presumir que na época os altos escalões dos EUA ainda viam ambos os países como

potenciais Estados revisionistas⁶ e que, logo, precisava mantê-las contidas sob o guarda-chuva securitário americano.

Nessa lógica, é exposto nos documentos que a partir desta realidade, após essas três vitórias, é de grande responsabilidade por parte dos Estados Unidos e de seus formuladores de políticas em não desperdiçar essa posição de segurança alcançada e nem eliminar a habilidade de moldar o ambiente securitário futuro de forma favorável àqueles que, nas palavras dele: “compartilham nossos valores”. Com isso em mente, é elencado quatro “objetivos de segurança nacional” no memorando de abril: (1) derrotar ou dissuadir ataques de qualquer origem, contra os Estados Unidos, os seus cidadãos e as suas forças, e honrar os nossos compromissos históricos e de tratados; (2) fortalecer e ampliar o sistema de acordos de defesa que une as nações democráticas e com ideias semelhantes em defesa comum contra a agressão, cria hábitos de cooperação, evita a renacionalização das políticas de segurança e proporciona segurança a custos e riscos baixos para todos; (3) impedir que qualquer potência hostil domine uma região crítica para os nossos interesses e, também, fortalecer assim as barreiras contra a reemergência de uma ameaça global aos interesses dos EUA e dos nossos aliados. Estas regiões incluem a Europa, a Ásia Oriental, o Médio Oriente/Golfo Pérsico e a América Latina. O controle consolidado e não democrático dos recursos de uma região tão crítica poderia gerar uma ameaça significativa à nossa segurança; (4) reduzir as fontes de instabilidade regional e limitar a violência caso ocorram conflitos, incentivando a propagação e consolidação de governos democráticos e de sistemas econômicos abertos e desencorajando a propagação de tecnologia destrutiva, particularmente de armas de destruição em massa (“e os meios de transportá-las” escrito por cima à mão pelos revisores) (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992b, p. 1-2, tradução própria). No memorando de fevereiro havia menção da importância do estabelecimento e expansão de instituições de livre-mercado mundo afora no segundo objetivo, enquanto que no quarto haveria a necessidade de manutenção de instituições internacionais bilaterais e multilaterais que proporcionam oportunidades do compartilhamento de [questões de] segurança regional e global, junto à possibilidade de envolvimento seletivo quando requerido (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992a, p. 1, tradução própria).

Para alcançar esses objetivos, conforme o Departamento de Defesa, os EUA precisariam demonstrar liderança para encorajar cooperação entre potências democráticas e

⁶ Potências revisionistas nas relações internacionais são aquelas que desejam alterar a balança de poder ao seu favor, alterando o *status quo* da distribuição de poder do sistema até tornar-se uma nova potência hegemônica. (Mearsheimer, 2001, p. 2).

dessa forma ajudar antigas repúblicas soviéticas como Rússia e Ucrânia a estabelecer sistemas políticos democráticos para que elas também possam ser integradas na “zona de paz democrática” dos EUA. O documento emitido diz que embora os Estados Unidos não possa se tornar o policial do mundo e assumir todos os problemas de segurança internacional, os americanos não podem permitir que os interesses vitais dos EUA dependam exclusivamente de mecanismos internacionais que podem ser bloqueados por países cujos interesses podem ser muito diferentes dos nossos (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992b, p. 2, tradução própria). No documento original de fevereiro, sobre os interesses norte-americanos ele refere-se à recursos estratégicos, no caso regiões ricas em matéria-prima como o golfo pérsico, proliferação de armas de destruição em massa e mísseis balísticos, terrorismo que ameaça cidadãos americanos e tráfico de narcóticos no país (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992a, p. 2).

Ao analisar os memorandos percebe-se o teor liberal em seu discurso quando reforça a importância das instituições internacionais e a expansão da democracia, do livre-comércio e da cooperação entre todas as nações. Porém, há na verdade uma visão realista ofensiva por parte do Departamento de Defesa por trás do idealismo kantiano da “zona de paz democrática”. Isto se torna evidente quando lembramos que a teoria realista de Mearsheimer determina que, por causa da estrutura anárquica do sistema internacional, a melhor maneira de garantir a sobrevivência de um Estado é tornar-se a mais forte potência do sistema, almejando o status de hegemon e lutar para manter esse *status quo* (Mearsheimer, 2001, p. 2-3). Com frequência, a elite de formuladores de políticas norte-americana expressam seus planos de política externa na linguagem do liberalismo, pois os torna mais palatáveis ao público norte-americano, como aponta Mearsheimer (2001). Segundo o autor, isso acontece porque o liberalismo se ajusta naturalmente à autoimagem nacional de otimismo, excepcionalismo moral e crença no progresso e oferece uma visão mais esperançosa da política internacional. Os americanos, por sua vez, tendem a gostar desse ideário, concebendo os EUA como força benevolente enfrentando adversários malignos e, logo, vêem a guerra como algo aceitável apenas quando associada a fins moralmente elevados. Enquanto isso, eles rejeitam o realismo que não faz distinções morais entre os Estados, mas sim atribui o comportamento dos Estados ao cálculo de poder e segurança no sistema. As elites formuladoras percebem isso ao construírem seus discursos, enquanto que atrás de portas fechadas planejam os a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional de acordo com os ditames da lógica realista, tal como vimos anteriormente (Mearsheimer, 2001, p. 23-25).

No memorando de fevereiro, por exemplo, é posto claro que é necessário prevenir o ressurgimento de um novo rival tal qual a União Soviética foi, seja na região da antiga URSS ou em qualquer outro lugar (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 1992a, p. 2). Por esse ângulo, a Doutrina Wolfowitz consiste na oportunidade dos EUA, nos anos 90, de tornar-se o hegemôn global e poder manter esse status. Ao estabelecer regimes democráticos liberais, junto à aderência a instituições multilaterais e ao livre-mercado de países mundo afora, segundo seu memorando, consequentemente permitiria com que esses países aderissem ao guarda-chuva securitário estadunidense.

Nessa ótica neorrealista, os Estados Unidos estariam atuando como uma potência *status quo* e impedindo outras potências revisionistas resistissem à ordem vigente e desejassem alterá-la. Nesse caso, uma potência revisionista no memorando de Wolfowitz seria a antítese dos países aliados dos EUA que “compartilham seus valores”, isto é, as nações “não democráticas”, com recursos estratégicos capazes de projetar poder e influência internacionalmente e com segurança nacionalizada, logo, fora da proteção militar americana e, portanto, não confiável aos olhos de Washington.

Portanto, ao garantir todos os Estados do sistema internacional sobre a tutela dos EUA, a própria segurança do Estado norte-americano estaria garantida. A chamada “Doutrina Wolfowitz” do Departamento de Estado gerou o caminho para as posteriores políticas externas de George W. Bush e Barack Obama nas décadas seguintes, nas quais estarão expostas mais à frente.

A intenção de manter, fortalecer e continuar a liderança global tem sido um componente permanente da política externa dos EUA, segundo Hashemi e Sahrapeyma (2018). Este princípio, segundo eles, não muda quando presidentes [diferentes] entram na Casa Branca, eles meramente usam esforços distintos na direção deste princípio (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 90, tradução própria).

O fim da Guerra Fria e o colapso da URSS trouxeram mudanças políticas significativas para a política externa americana sobre o Oriente Médio de modo que tornou-se evidente o interesse crescente em estabelecer domínio nesta região. Zbigniew Brzezinski (1997) discutiu a importância do Oriente Médio na geoestratégia americana em seu livro "O Grande Tabuleiro de Xadrez". O analista geopolítico americano combina o Oriente Médio, a Ásia Central e o Cáucaso em uma região maior conhecida como "Bálcãs Eurasiáticos". Brzezinski considera essa região crucial para o controle da Eurásia e acredita que o fator-chave para a manutenção da estabilidade nos países do Oriente Médio e do Golfo

Pérsico é o "poder americano" devido ao vácuo de poder provindo desta instabilidade, além da capacidade de isolar a Rússia da Ásia (Brzezinski, 1997, p. 123, tradução própria).

Durante a primeira fase do sistema unipolar (1990-2003), Washington adotou a estratégia de envolver a Síria em projetos americanos no Oriente Médio. Um momento crucial foi a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991). Preocupados em formar uma coalizão anti-Iraque, os Estados Unidos decidiram normalizar as relações com Damasco. Em troca da participação militar da Síria na operação "Tempestade no Deserto", os EUA aprovaram a assinatura dos Acordos de Taif em 1990, que consolidaram a hegemonia síria no Líbano [época de ocupação e dominação síria sobre o país fruto da guerra civil libanesa] (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 465, tradução via DeepL). Essa tentativa foi similar à estratégia iraniana de trazer a Síria para o eixo da resistência e de conter o Iraque. Contudo, após a chegada do governo neoconservador de George W. Bush em 2000, a política dos EUA em relação à Síria mudou para uma postura abertamente hostil, com o objetivo de conter a influência da iraniana na região. O sucesso da integração síria ao eixo da resistência iraniano e do fortalecimento da Hezbollah no Líbano foi o principal fator para esse pivô norte-americano (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 466-467, tradução via DeepL).

3.2 A Doutrina Bush

Após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, a "Doutrina Bush" é geralmente definida como uma virada na política externa dos EUA, marcada por uma militarização e unilateralismo em larga escala, destinada a defender a segurança nacional e os interesses vitais dos EUA, através da imposição da hegemonia dos EUA no mundo [*hard power*]. Tal como afirmou o antigo presidente do Conselho Nacional de Inteligência (NIC) e antigo secretário adjunto da Defesa, Joseph Nye, Bush fez três alterações principais na grande estratégia dos EUA: "reduzir a dependência de Washington de alianças permanentes e instituições internacionais, expandir o direito tradicional de preempção para uma nova doutrina de guerra preventiva e defesa da democratização coercitiva como solução para o terrorismo no Médio Oriente" (Dimitrova, 2009, p. 2, *apud* Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 91, tradução própria). Dessa maneira, já é perceptível o legado do memorando de Wolfowitz na política externa de George W. Bush.

No plano internacional, [a retórica anti-terrosita] permitiu a Bush difundir a equivalência entre o terrorismo global e o regime talibã no Afeganistão, bem como o regime de Saddam Hussein no Iraque, justificando a intervenção dos EUA nestes dois cenários como

parte da sua “*Global War on Terror*” (Morgado, 2018, p. 48). Em janeiro de 2002, no discurso do Estado da União, Bush deixou claro que os EUA iriam insurgir contra os Estados nucleares que fizessem parte de um “eixo do mal”, como a Coreia do Norte, Irã e Iraque. Na visão do Presidente norte-americano, estes Estados constituíam uma ameaça à paz mundial e à segurança norte-americana pela sua relação com grupos terroristas (Bush, 2002).

Em setembro do mesmo ano, a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 foi emitida e nela cristaliza-se a política externa dos EUA no início do século. A Estratégia designa os Estados do Irã, Iraque e Coréia do Norte “*rogue states*” ou Estados “terroristas” que buscam, de acordo com o documento “patrocinar o terrorismo ao redor do mundo” e “adquirir armas de destruição em massa” com o intuito de alcançar seus objetivos de natureza “agressiva” desses regimes e para contê-los, os EUA precisaria agir preventivamente “antes que eles sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos.” (Estados Unidos, 2002, p. 13-14, tradução própria).

Neste contexto, a administração norte-americana ao construir a imagem do Iraque como um epicentro do terrorismo internacional, com as alegações da posse de armas de destruição em massa por Saddam Hussein e perigo delas cairem em mãos terroristas, já estavam preparando o *casus belli* para a invasão (Phytian, 2006, p. 400, *apud* Morgado, 2018, p. 49). Após uma tentativa frustrada de obter um mandato das Nações Unidas para realizá-la, os Estados Unidos, juntamente com forças da Austrália, Dinamarca, Holanda, Polônia e Grã-Bretanha, independentemente, lançaram a *Operation Iraqi Freedom* em 19 de março de 2003. Em 1º de maio de 2003, o presidente George W. Bush declarou o "fim das principais operações de combate", e a Autoridade Provisória da Coalizão (CPA) foi estabelecida no Iraque como o primeiro de vários governos de transição sucessivos (Estados Unidos, [s.d.], tradução própria).

A CPA atuou como o Estado-fantoche norte-americano no Iraque durante a ocupação no qual, segundo Bassil (2012), acabaria servindo os reais interesses dos EUA, além do discurso pré-invasão de Bush. Tais interesses inclui a supressão de um [Estado] anti-Israel que apoiava abertamente grupos palestinos lutando contra o mesmo; a eliminação de uma ameaça à nações islâmicas aliadas aos norte-americanos [como Kuwait e Arábia Saudita]; o posicionamento de tropas para controlar o Golfo Pérsico e garantir que as empresas americanas próximas da administração Bush pudessem lucrarem com o petróleo iraquiano, assumindo o controle dos poços petrolíferos, para então alimentar a economia dos EUA (Bassil, 2012, p. 30-31, tradução própria). Isso torna-se mais evidente com a Ordem Executiva 13303 assinada por George Bush em 28 de maio de 2003 que formaliza o controle

americano sobre o Fundo de Desenvolvimento para o Iraque e o petróleo iraquiano, estabelecendo imunidade legal contra processos judiciais, conforme o trecho:

A menos que licenciado ou de outra forma autorizado de acordo com esta ordem, qualquer penhora, julgamento, decreto, execução, ou outro processo judicial é proibido e será considerado nulo e sem efeito, com relação ao seguinte: (a) o Fundo de Desenvolvimento para o Iraque, e (b) todo o petróleo e produtos petrolíferos iraquianos, e interesses neles contidos, e rendimentos, obrigações [...] que estejam nos Estados Unidos, que doravante venham dentro dos Estados Unidos, ou que estejam ou venham a estar sob a posse ou controle de pessoas dos Estados Unidos (Estados Unidos, 2003, p. 31931, tradução própria).

A Ordem Executiva também permitia aos departamentos do Tesouro, Estado e Defesa criar regulamentos que centralizam as vendas, contratos e licenças de exportação do petróleo iraquiano e que “Todas as agências do Governo dos Estados Unidos são instruídas a tomar todas as medidas apropriadas dentro de sua autoridade estatutária para cumprir as disposições desta ordem.” (Estados Unidos, 2003, p. 31932, tradução própria). A violência no Iraque não havia cessado, todavia, ao longo da Guerra do Iraque, as forças da coalizão enfrentaram problemas com a violência sectária e os insurgentes. Isso atingiu um ponto crítico em 2006 que levou os Estados Unidos a aumentar o número de tropas enviadas ao Iraque em 20.000, uma medida conhecida como *“surge”* em 2007 (Estados Unidos, [s.d], tradução própria).

Para Bassil (2012), a atitude ameaçadora dos Estados Unidos acabou acelerando o fortalecimento do regime sírio. Isso se deve às hostilidades entre Damasco e Bagdá sobre os rumos do Baathismo. No entanto, o mesmo foi acusado de apoiar o Hamas e de fazer vista grossa à infiltração de terroristas no Iraque por Bush, especialmente após a morte de Hafez al-Assad, fazendo-os sentirem-se acuados no mundo árabe (Bassil, 2012, p. 41). Bem como quando ocorreu a Cúpula da Liga Árabe em 1º de março de 2003, na qual a proposta síria de condenar apoio à intervenção militar contra o Iraque foi rejeitada. O fato era que os países árabes mais influentes estavam de alguma forma sob a esfera de influência dos EUA. Bassil (2012) menciona o auxílio financeiro norte americano anual ao Egito e Jordão, a dependência militar da Argélia e da monarquias do Golfo para os EUA e a tentativa de Gaddafi de reconciliar com as potências ocidentais como fatores do acuamento sírio (Bassil, 2012, p. 44).

Ao mesmo tempo, no Líbano, um movimento apoiado pelo Ocidente, iniciado pelo primeiro-ministro Rafik Hariri e pela alta hierarquia da Igreja Maronita, estava ganhando força, defendendo o fim do domínio sírio sobre o país. Em outubro de 2004, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1559, que exigia a retirada do contingente militar

sírio do Líbano (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 465). Contextualizando, desde a separação da República Árabe Unida com o Egito, a estratégia de longo prazo da elite baathista síria era estabelecer uma Grande Síria (Bilad al-Sham), abrangendo a República da Síria, o Líbano, a Jordânia e a Palestina, sob a liderança de Damasco. Em consonância com esse objetivo, em 1976, tropas sírias foram enviadas para o Líbano, onde desempenharam um papel significativo durante a guerra civil que durou até 1990. O interesse era possivelmente integrar o país ao Estado sírio (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 464).

O assassinato de Rafik Hariri em 14 de fevereiro de 2005, em decorrência de um ataque terrorista, resultou em uma nova redistribuição de forças na região. Como líder da comunidade sunita no Líbano, Hariri [também] apoiava as políticas da Arábia Saudita e mantinha laços estreitos com a família real saudita. Sua morte foi vista como uma afronta pessoal pela elite governante saudita. A alegação de envolvimento da inteligência síria no ataque levou a um conflito entre Riad e Damasco (Vakim; Kuznetsov, 2016, p. 466). Podemos considerar que os rumores do envolvimento do serviço secreto sírio também provocou o Ocidente às hostilidades, vide a resolução 1559.

A “Estratégia de Segurança Nacional” de 2006, por sua vez, já menciona diretamente a Síria, denunciando-a como um Estado tirânico junto à República Popular Democrática da Coreia (RPDC), Irã, Cuba, Bielorrússia, Mianmar e Zimbábue e que o país “continua a abrigar terroristas e a patrocinar suas atividades no exterior”. Caracterizando o Irã e Síria como “aliados do terror”, o texto afirma que esses países “escolheram ser inimigos da liberdade, da justiça e da paz.” Logo em seguida, ao assertar que “O mundo deve responsabilizar esses regimes por seus atos.”, é evidente a continuidade da retórica moralizante da Doutrina Wolfowitz, na qual a oposição entre liberdade e tirania cumpre uma função legitimadora de intervenção (Estados Unidos, 2006, tradução própria).

3.3 Barack Obama e o “smart power”

Ao comparar com o uso do *hard power* de Bush, a política externa de Obama é referida por Cox e Stokes (2012) como *smart power*, que essencialmente é a combinação do uso de recursos de *hard power* e *soft power* em contextos diferentes (Cox; Stokes, 2012, p. 97). Essa terminologia é cunhada por Joseph Nye (2003) onde cada termo representa o poder utilizado por meios diferentes, sendo o poder bruto econômico e militar (*hard power*) com finalidade para o uso da força, dissuasão ou ameaça enquanto o poder brando da influência e cultura visa a atração psicológica (*soft power*). Nye reforça a importância do *smart power*

quando menciona os gastos militares dos EUA em comparação com o gasto com sua propaganda que poderia ser tão efetiva quanto os meios agressivos, especialmente com a oportunidade do surgimento da era da informação (Nye, 2004, p. 31-32, tradução própria).

O termo *smart power* foi popularizado por Hillary Clinton durante sua audiência de confirmação no Senado em 13 de janeiro de 2009 para o cargo de Secretária de Estado: "Devemos usar o que tem sido chamado de ‘smart power’, toda a gama de ferramentas à nossa disposição — diplomáticas, econômicas, militares, políticas, jurídicas e culturais — escolhendo a ferramenta certa, ou a combinação de ferramentas, para cada situação", disse Clinton em suas declarações iniciais. "Com o *smart power*, a diplomacia será a vanguarda da política externa." (Clinton, 2009, tradução nossa). O discurso buscava redefinir a imagem internacional dos Estados Unidos após o desgaste das intervenções diretas no Oriente Médio, propondo uma atuação mais pragmática e adaptável.

Barack Obama prestou mais atenção aos atores regionais nas suas políticas. Em 5 de janeiro de 2012, Obama anunciou uma nova estratégia de defesa intitulada “*Sustaining US Global Leadership*”. Embora não se referir diretamente à guerra neste documento, o presidente anunciou:

A política dos EUA irá enfatizar a segurança do Golfo, em colaboração com os países do Conselho de Cooperação do Golfo quando apropriado, para impedir o desenvolvimento de uma capacidade de armamento nuclear por parte do Irã e contrariar as suas políticas desestabilizadoras. Os Estados Unidos fará isto ao mesmo tempo que defendem a segurança de Israel e uma paz abrangente no Médio Oriente. Para apoiar estes objetivos, os Estados Unidos continuará a valorizar a sua presença militar e dos aliados e o apoio às nações parceiras nesta região e em torno desta (Obama, 2012a, tradução própria).

Hashemi e Sahrapeyma (2018) acreditam que estas palavras foram uma redefinição inteligente do conceito de guerra *proxy*, tendo em vista as consequências da abordagem belicista de Bush. Para eles, a Síria nos desenvolvimentos da Primavera Árabe foi uma opção apropriada para concretizar esta [nova] estratégia (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 92).

Mais cedo, em relação à Síria, pela ocasião dos protestos em 2011, Obama delineou publicamente os princípios que orientariam a postura dos Estados Unidos diante do conflito, afirmando que, por décadas, Washington buscou “combater o terrorismo e impedir a proliferação de armas nucleares, garantir o livre fluxo do comércio e salvaguardar a segurança da região, defender a segurança de Israel e buscar a paz árabe-israelense” (Obama, 2011, tradução própria). Ao apresentar esses objetivos como permanentes, o discurso

reafirmava o lugar da Síria dentro do tabuleiro estratégico do Oriente Médio e, consequentemente, dentro das preocupações centrais da política externa norte-americana. No mesmo pronunciamento, Obama declarou que “a política dos Estados Unidos será promover reformas em toda a região e apoiar as transições para a democracia”, ressaltando que caberia a Assad “liderar essa transição ou sair do caminho”, e exigindo o fim imediato da repressão aos protestos e a libertação dos presos políticos (Obama, 2011, tradução própria). Quando o presidente americano enuncia o compromisso com a “transição democrática” e a “proteção dos direitos humanos”, é possível notar a estratégia do Smart Power posta em prática. Desse modo, a fala desloca o foco do conflito sírio para um plano moral, deixando implícita a necessidade de uma intervenção.

Hashemi e Sahrapeyma (2018) nos evocam que, ainda hoje, os Estados Unidos possuem o maior número de bases militares em outros países, enquanto milhares de soldados americanos estão envolvidos em diversas operações, a milhares de quilômetros das fronteiras dos EUA. Tendo isso em vista, eles concluem que os EUA não abandonaram completamente a estratégia militar de Bush [ou muito menos a Doutrina Wolfowitz], mas eles a desenvolveram para um nível mais sofisticado (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 94).

A Síria, contudo, representa um dilema para os Estados Unidos. As consequências políticas e diplomáticas das guerras e insurgências no Afeganistão (de 2001 em diante) e no Iraque (2003-2011), sem mencionar as perdas sofridas pelas forças armadas americanas e aliadas em ambos os conflitos, são tantas que até mesmo o emprego do poder aéreo foi domesticamente controverso (Hughes, 2014, p. 525, tradução própria).

Especialmente após o caso da Líbia em 2011, como analisa Phillips (2020). A resposta violenta do Gaddafi aos protestos líbios da primavera árabe levou à formação de milícias rebeldes e, posteriormente, à criação de um Conselho Nacional de Transição (CNT) para atuar como um governo rebelde *de facto*, sediado na cidade de Benghazi, no leste do país. As forças leais ao regime avançavam com sucesso em direção a Benghazi, intensificando os apelos da oposição por uma zona de exclusão aérea. A Casa Branca, sob pressão de seus aliados europeus e de membros do Senado, acabou apoiando a 1973 da ONU, proposta pelo Reino Unido, França e Líbano (representando a Liga Árabe) em 17 de março que autorizaria a intervenção da OTAN no país. Gates e o vice-presidente da época Joe Biden, por sua vez, aconselharam cautela, alertando que a queda de Gaddafi poderia trazer o caos, no qual a Al-Qaeda prosperaria. A campanha acabou demorando mais do que o previsto e a Líbia mergulhou no caos que Gates e Biden temiam, o que segundo Phillips (2020) impactaria a visão de Obama sobre intervenções militares e uma lição que mais tarde

moldaria sua política para a Síria. O apoio dos EUA à Resolução 1973 da ONU levou os atores regionais a concluirem erroneamente que a intervenção externa em apoio à resistência armada representava um retorno à hegemonia regional americana, e não uma exceção à redução de efetivos, como o autor aponta, de Obama (Phillips, 2020, p. 63-64, tradução própria).

Conforme Phillips (2020), o caso da Líbia convenceu os aliados de Assad, de que os EUA poderiam estar de novo empenhados em mudanças de regime e, logo, fortaleceram suas determinações em defender a Síria. Portanto, Bashar al-Assad, mostrou não ser uma figura isolada como Gaddafi, recebendo apoio de Teerã e Moscou, além da clara determinação da Rússia em bloquear qualquer condenação da ONU que pudesse legitimar uma intervenção militar. Esse respaldo reduziu significativamente a margem de manobra dos Estados Unidos e de seus aliados europeus, que, diferentemente do caso líbio, não dispunham de consenso internacional nem de justificativas políticas internas para sustentar uma nova operação. O autor acreditava que somado a isso, as divisões dentro da oposição síria, a ascensão de jihadistas e o aumento da violência étnica e sectária levantaram a possibilidade de que, como no Iraque, mesmo que houvesse intervenção, ela poderia gerar ainda mais caos, na visão dos líderes ocidentais. Essas preocupações aumentaram à medida que o aparente sucesso da intervenção na Líbia se transformou em anarquia em 2012, particularmente após um ataque terrorista em Benghazi, em setembro, que matou o embaixador americano J. Christopher Stevens. Isso tendo em vista que a Líbia é um país relativamente homogêneo etno-religiosamente e com uma população pequena comparada ao caso sírio, como alerta Phillips (2020). Tais preocupações descartaram a possibilidade de uma repetição imediata da operação na Líbia [ou iraquiana] na Síria (Phillips, 2020, p. 170, tradução própria).

A atitude ambígua dos EUA de condenar abertamente e ordenar a saída do regime ao mesmo tempo que receoso de agir a respeito frustrou muitas figuras políticas domesticamente como o então governador do Massachusetts e concorrente republicano nas eleições, Mitt Romney (2012) em suas observações sobre a política externa:

A maior tragédia de tudo isso é que estamos perdendo uma oportunidade histórica de conquistar novos amigos que compartilham nossos valores no Oriente Médio — amigos que estão lutando por seu próprio futuro contra os mesmos extremistas violentos, tiranos cruéis e multidões enfurecidas que buscam nos prejudicar. Infelizmente, muitas dessas pessoas que poderiam ser nossas amigas sentem que nosso presidente é indiferente à sua busca por liberdade e dignidade. Como disse uma mulher síria: "Não nos esqueceremos de que vocês se esqueceram de nós". (Romney, 2012, tradução própria).

Em seu discurso, ele aponta a política externa de Obama como negligente a respeito dos rebeldes, recorrendo a uma retórica de abandono e descomprometimento dos Estados Unidos com a “liberdade” e a “dignidade”, no qual ele associa a um declínio do prestígio global do país. No mesmo discurso ele afirma veementemente que “[...] é nossa responsabilidade, e responsabilidade do Presidente, usar o grande poder dos Estados Unidos para moldar a história, e não para agir na retaguarda, deixando o nosso destino à mercê dos acontecimentos.”. Dessa forma ele sugere no seu ideário que os EUA deveria agir de forma ativa e presente no conflito tal qual aconteceu nas intervenções passadas, sendo este dever do Estado americano levar os princípios da “liberdade” e “democracia” como direção na ordem internacional, sendo a Síria uma oportunidade de demonstração deste comprometimento (Romney, 2012, tradução própria). Como alternativa ele sugere que trabalharia para identificar e organizar os membros da oposição na Síria que “compartilham nossos valores” e, em seguida, garantir que obtenham as armas necessárias para “derrotar os tanques, helicópteros e caças de Assad”, que ultimamente, infligiram uma derrota ao Irã (Romney, 2012, tradução própria). Deduz-se que sua estratégia era angariar apoio da elite neo-conservadora que acreditava na atuação ativa e presente dos EUA nos assuntos de segurança global, tal qual a Doutrina Wolfowitz afirma, com uma abordagem mais belicista em sua candidatura.

Hashemi e Sahrapeyma (2018), em contrapartida, como já foi citado, argumentam que a estratégia de Obama não difere da política de Bush sobre a intenção de manter, fortalecer e continuar a liderança global dos EUA, mas sim no método de execução de sua política. Para eles, os EUA precisavam de um pretexto para agir contra o Estado sírio, um procedimento que já havia sido utilizado no Afeganistão e no Iraque. Durante o governo Bush, os EUA usaram os ataques terroristas de 11 de setembro como pretexto legal para invadir o Afeganistão. O argumento contra o regime de Saddam Hussein no Iraque era a posse e o possível uso de armas de destruição em massa. Barack Obama, por sua vez, adotou uma abordagem semelhante contra o regime de Assad na Síria, ao acusá-lo de usar armas químicas contra seu próprio povo. Evento no qual o governo sírio atribuiu a grupos terroristas e solicitou investigações internacionais neutras, que, no entanto, foram negadas pelos EUA e seus aliados (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 94-95, tradução própria). O presidente democrata (2012) já havia declarado previamente que o uso em massa de armas químicas no terreno seria a sua “*red line*” que mudaria sua atitude em relação ao conflito (Obama, 2012b, tradução nossa).

Posteriormente, tanto os Chefes do Estado-Maior Conjunto como o antigo Director dos Serviços Secretos Centrais, General David Petraeus, recomendaram o armamento de grupos rebeldes, enquanto a CIA estaria alegadamente presente em Adana, no sudeste da Turquia, para coordenar as transferências de armas para os insurgentes (Hughes, 2014, p. 526, tradução própria).

Foi diante desse cenário que Obama autorizou pela primeira vez o programa secreto administrado pela CIA, conhecido como "Timber Sycamore", no início de 2013. Desde então, o programa treinou e armou milhares de insurgentes que lutaram tanto contra as forças do regime quanto contra grupos extremistas. Esse apoio incluiu munições e armas leves, incluindo fuzis, granadas propelidas por foguete e valiosos mísseis anti tanque guiados. Fundamentalmente, também incluiu dinheiro para salários, sem o qual os comandantes não conseguiram recrutar ou manter combatentes, que desertariam ou se juntariam a grupos extremistas mais bem financiados (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 95).

Na *National Security Strategy* de 2015, a administração Obama reconhece o Oriente Médio como um dos principais focos de instabilidade global, marcado por guerras civis, extremismo religioso e rivalidades interestatais, e defende respostas calibradas que combinem dissuasão militar, diplomacia multilateral e apoio seletivo a parceiros locais. A estratégia dá ênfase à cooperação com aliados da OTAN e com atores regionais como oposição moderada síria face à expansão de grupos jihadistas, especialmente o Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS ou ISIL) (Estados Unidos, 2015).

Por fim, a guerra por procuração foi a opção escolhida, conforme os autores, para evitar as possíveis consequências negativas de uma intervenção militar direta na Síria [como uma escalada direta entre os Estados patrocinadores] em meio a ascensão de novas potências no sistema internacional (Hashemi; Sahrapeyma, 2018, p. 97).

3.4 A Era Trump

Em sua campanha para a presidência em 2016, Donald Trump pretendia portar-se de forma crítica e disruptiva em relação à política externa das administrações anteriores. Enquanto julgava a política do então governo da época como “sem visão” e “imprudente” nos assuntos do Oriente Médio, seu projeto consistia em reformular a missão “obsoleta” de Guerra-Fria da OTAN para o combate à migração e ao terrosimo islâmico, através de uma política externa “disciplinada, ponderada e consistente”. Também ressaltava que reduziria a

atuação das forças armadas americanas para “apenas quando absolutamente necessário” e quando tiver certeza da vitória “com ‘V’ maiúsculo” (Trump, 2016a, tradução própria).

Na mesma lógica, Trump (2016b) deixa mais específico numa entrevista à emissora CBS, onde considerou um erro os EUA terem invadido o Iraque e ter intervindo na Líbia. Da acordo com ele, o Iraque havia se tornado uma “Harvard” do terrorismo como resultado da derrubada de Saddam [e do vácuo deixado], a Líbia “*it's a mess*”, portanto, a ação dos Estados Unidos deveria ser em focar no combate ao ISIS, em paralelo ao que Russia e o Irã estavam fazendo ao invés de dedicar-se na derrubada de Assad em Damasco (Trump, 2016b).

No primeiro ano de mandato de Donald Trump, foi aprovado o documento de Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2017. Neste documento, o terrorismo islâmico continua a ser o destaque para a atuação de combate dos EUA para pacificar as regiões do Iraque e Síria, e portanto criar as condições para o repatriamento dos refugiados sírios de volta ao país natal. A hostilização ao Irã e Coréia do Norte e seus programas nucleares persistem neste documento (Estados Unidos, 2017).

Na Estratégia Nacional, há também o reconhecimento da emergência de China e Rússia como novas grandes potências. O documento identifica-as como potências revisionistas empenhadas em erodir o poder, a influência e a prosperidade americana, buscando restringir liberdades econômicas e ampliar suas capacidades militares e tecnológicas. Para os EUA, as tentativas de Moscou em busca de restaurar seu status de grande potência e reconstituir esferas de influência em sua vizinhança, criam formações de fronteira instáveis na Eurásia e aumentando o risco de conflito por erro de cálculo (Estados Unidos, 2017). Tal como Nuno Morgado (2018, p. 55) aponta, percebe-se uma ambiguidade estratégica por parte de Trump em denunciar uma Rússia agressiva e revisionista , ao mesmo tempo que deixa em aberto uma possível cooperação com o mesmo, contrastando com seus discursos antes de assumir o cargo. Para Abdrazakova e Zhabina (2023), essa contradição operacional, que confundia os políticos americanos, revelava a falta de coerência estratégica da administração, o que permitia a criação de um vácuo de poder, principalmente no Oriente Médio, no qual a Rússia acabou preenchendo ao passo que estabelecia parcerias com aliados tradicionais dos Estados Unidos, como Turquia, Egito e Arábia Saudita (Abdrazakova; Zhabina, 2023).

3.5 Joe Biden

No “Guia de Estratégia de Segurança Nacional Interino” de 2021, a administração Biden propõe uma reconfiguração do engajamento americano no Oriente Médio, enfatizando a necessidade de ajustar de “*right-size*” a presença militar à escala necessária para conter ameaças terroristas e a influência iraniana, evitando intervenções prolongadas. A política também busca restabelecer alianças tradicionais, mas sem conceder “cartas brancas” a parceiros regionais que “contrariem os valores e interesses norte-americanos” e priorizar a diplomacia como instrumento central (Estados Unidos, 2021, tradução própria). Apesar de não citar nomes, o documento pode estar se referindo às nações de Israel e Arábia Saudita que, segundo Abdrazakova e Zhabina (2023), haviam desenvolvido tensões com Obama, devido a ele acreditar que ambos utilizavam dos recursos americanos “para usos geopolíticos próprios”, enquanto afirmava que Washington “carecia de autocratas inteligentes no Oriente Médio” (Abdrazakova; Zhabina, 2023, tradução própria).

Após a derrota territorial do ISIS em 2019, as cerca de novecentas tropas dos EUA estacionadas no nordeste do país e na guarnição de al-Tanf no sudeste [triângulo fronteiriço entre Jordão, Síria e Iraque], segundo Abdulrahman e Salahi (2022) impactaram significativamente na estabilização e no reforço de capacidades. No entanto, com a ocorrência de operações menos cinéticas e meio à um conflito antiterrorista congelado, a presença militar dos EUA exige um objetivo tangível e alcançável que se relacione com a realidade política no terreno (Abdulrahman; Salahi, 2022, tradução própria).

No início de 2021, Brett McGurk, diplomata norte-americano que atuou como Coordenador para o Oriente Médio e Norte da África no NSC dos EUA da administração Biden, estabeleceu três objetivos específicos a alcançar relativos à política na Síria. Estas incluem: Manter o cessar-fogo; enfrentar a crise humanitária, que se encontrava num dos seus piores momentos da última década; manter a pressão sobre as redes do Estado Islâmico (ISIS) e da Al-Qaeda com um compromisso militar sustentado dos EUA no leste da Síria; e por fim apoiar o direito de Israel de se defender dos mísseis e drones dos representantes iranianos na Síria e outros lugares (McGurk, 2021). Do ponto de vista de Abdulrahman e Salahi (2022), estes objetivos não constituem uma política que visa impactar a trajetória do conflito sírio, mas sim, uma política minimalista de gestão de ameaças, sugerindo uma abordagem reacionária dos EUA aos futuros acontecimentos na Síria (Abdulrahman; Salahi, 2022). Compreende-se também uma autorização para o uso da força do Estado de Israel sob o território sírio, enquanto desloca a responsabilidade das ofensivas israelenses contra alvos iranianos ou sírios, transformando-as em respostas defensivas a ameaças existenciais.

Na Estratégia Nacional da Segurança da Administração de 2022, por sua vez, há esporádicas menções à Síria e nelas é discutido o contexto da crise humanitária resultante da guerra civil e a presença militar russa no país. Nessa circunstância, a Rússia havia invadido a Ucrânia em fevereiro do mesmo ano chamada de “Operação Militar Especial”, enquanto que os Estados Unidos apoia o lado ucraniano, dessa forma o documento dedica-se mais na contenção à potência russa em ascensão e seus ganhos militares na Síria e diplomáticos do Médio Oriente como parte da grande estratégia dos Estados Unidos (Estados Unidos, 2022).

Após a queda do regime de Bashar al-Assad em dezembro de 2024, Biden no fim de seu mandato, pronunciou-se publicamente a respeito, descrevendo o momento como uma oportunidade histórica de trabalhar com os parceiros e *stakeholders* dos EUA para assumir os riscos e incertezas da transição de poder. Ele atribui o colapso do apoio ao regime às derrotas estratégicas do Irã e de seus *proxies* nos conflitos no Líbano e em Gaza face às incursões militares de Israel e da resistência ucraniana à invasão russa, ambos os casos com o “apoio inabalável dos Estados Unidos”. Biden destaca que sua administração manteve sanções rigorosas, presença militar e operações contra o Estado Islâmico, além de apoiar Israel contra redes iranianas na Síria, demonstrando a materialização dos objetivos de McGurk (2021) (Biden, 2024, tradução própria). O discurso enfatiza que os EUA devem garantir que a queda de um tirano não resulte na ascensão de outro como o ISIS, associando estabilidade e segurança à preservação de um Oriente Médio sob influência americana. Dessa forma ele responsabiliza os EUA como agente determinante do desgaste de suas potências rivais no mundo ao mesmo tempo que como potência estabilizadora e zeladora o que ecoa princípios fundamentais da Doutrina Wolfowitz, reafirmando a manutenção da hegemonia americana e o controle preventivo sobre o equilíbrio regional (Biden, 2024).

3.6 Considerações parciais

Com a queda da União Soviética, e por consequência, o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se perceberam como a potência mais forte do sistema internacional. Com isto em mente, para manter-se como a hegemonia do sistema e alcançar a unipolaridade, os EUA buscaram garantir que todos os países do sistema adotassem as políticas econômicas e securitárias compatíveis com seus interesses dos norte-americanos para adentrarem no seu guarda-chuva de segurança, especialmente aqueles em regiões estratégicas no globo e, dessa forma, tornando-os dependentes dos EUA e impedindo que ascendam novas grandes potências tal qual foi a própria União Soviética como asserta a Doutrina Wolfowitz, e por fim

assegurar a sobrevivência do Estado americano no sistema anárquico. A roupagem liberal e idealista do discurso da “zona de paz democrática” e dos governos seguintes, por sua vez, torna a política externa dos EUA mais palatável ao seu público.

A análise da política externa norte-americana evidenciou a continuidade estrutural dessa estratégia para os EUA, mesmo levando em consideração as diferenças retóricas e operacionais entre as administrações. A Síria, situada em uma região estratégica, aparece como espaço central de disputa pautada pela busca de manter vantagens relativas e a prevenção do surgimento de uma potência revisionista (seja a Rússia, o ISIS ou o próprio Estado sírio) que pudesse perturbar a balança de poder em um sistema internacional marcado pela competição entre grandes potências. Um Estado-satélite norte-americano na Síria, portanto, em termos de razão de Estado e grande estratégia, serviria ao mesmo tempo como instrumento de projeção e manutenção da ordem internacional e permitiria ao patrocinador a garantia de acesso a recursos estratégicos e a prevenção do deslocamento da balança de poder contra os Estados Unidos.

4 A POLÍTICA EXTERNA RUSSA

Este capítulo investiga a lógica estratégica que orientou a política externa da Federação Russa desde o pós-Guerra Fria até a Síria sem Assad dos dias atuais, analisando como o fim da União Soviética, o subsequente enfraquecimento do Estado russo, a busca por segurança, multipolaridade e projeção de poder moldou sua atuação no Oriente Médio, em particular, na guerra civil síria. O objetivo deste capítulo é compreender como essa lógica estruturou não apenas a intervenção de 2015, mas também a postura de Moscou até a queda de Bashar al-Assad em 2024 e seus desdobramentos para a presença russa no Levante.

4.1 Síria e o Mediterrâneo Oriental para a Rússia

As relações sírio-russas começaram com o estabelecimento da base naval na cidade de Tartus pela URSS. A parceria construída com Damasco não apenas sobreviveu ao colapso soviético, mas manteve sua função estratégica: a Síria oferecia à URSS uma plataforma de projeção militar, ideológica e geopolítica no Mediterrâneo Oriental, enquanto Moscou fornecia a Damasco segurança frente à Turquia e Israel e respaldo político contra o Ocidente. O propósito russo não era apenas ter uma visão socialista para a Síria, mas também alcançar objetivos históricos e fortalecer sua presença militar no Mar Mediterrâneo. Do ponto de vista geoestratégico, o Mar Mediterrâneo é muito importante porque se situa nos pontos de confluência da África, do "Oriente Médio", da Ásia e do continente europeu. Segundo esta lógica, assim como a maioria dos Estados poderosos no cenário internacional, a Rússia busca controlar o Mar Mediterrâneo Oriental e a região da Síria porque deseja dominar o mundo e ser uma potência hegemônica em relação a outros Estados, afirma Ulusoy (Ulusoy, 2018, p. 190-191, tradução própria). Para ela, a Rússia obteve dois ganhos ao desenvolver e manter suas bases militares com um quartel-general em Tartus: a primeira é obter acesso ao Mar Mediterrâneo e a segunda é manter seu poder hegemônico no Oriente Médio contra o bloco ocidental (Ulusal, 2018, p. 193, tradução própria).

Ademais, existe o fator energético da região. Segundo Andreas Stergiou (2017), a Rússia buscou assegurar a posição hegemônica como fornecedora tradicional de energia para o Ocidente, assim como uma garantidora militar. O envolvimento militar da Rússia nos assuntos interestatais do Mediterrâneo Oriental visa não apenas minar o papel da OTAN na arquitetura de segurança da região, mas também demonstrar as capacidades militares da

Rússia e seu potencial como provedora alternativa de segurança em uma região tradicionalmente sufocada pela instabilidade (Stergiou, 2017, p. 102-103, tradução própria).

A Rússia possui vastos territórios e acesso limitado a este mar. Alguns de seus portos congelam durante os invernos do norte, por isso valoriza um porto no sul que possa permanecer aberto o ano todo. Como a Rússia só possui portos de águas quentes no Mar Negro, o Mediterrâneo é a única maneira de navegar desses portos até o Atlântico ou o Oceano Índico (através do Canal de Suez). E embora a Rússia tenha acesso irrestrito ao Mar Negro, para chegar ao Mar Mediterrâneo precisa atravessar o estreito de Bósforo e Dardanelos, controlados hoje pela atual Turquia. O controle do Bósforo e dos Dardanelos determina se a Rússia tem acesso ao Mediterrâneo e às rotas comerciais para o resto do mundo (Macfie, 1983, *apud* Ulusoy, 2018, p. 191, tradução própria).

4.2 A nova Federação Russa e a “Doutrina Primakov”

No nascer da nova Federação Russa, o espírito da época de fim da rivalidade bipolar e da vitória do liberalismo pairou também sobre as perspectivas de futuro da nova década para a Rússia. O presidente Boris Yeltsin inicialmente procurou aproximar-se aos Estados ocidentais. Buscando garantir assistência financeira substancial do Ocidente e uma rápida integração da Rússia às instituições ocidentais, o presidente Yeltsin e seu ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev, julgaram que tinham pouca alternativa a não ser seguir a grande estratégia acomodacionista de Gorbachev, orientada para o Ocidente, ao mesmo tempo em que propunham que a governança de segurança de uma "Grande Europa" fosse baseada na Conferência Pan-Europeia sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), estabelecida pelos Acordos de Helsinque de 1975 (Tsygankov *et al*, 2018, p. 69, tradução própria). De 1974 a 1990, Kozyrev trabalhou na Diretoria de Organizações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores soviético (MFA), e, portanto, não era surpreendente, segundo Richard Sakwa (1996), que Kozyrev dava tanta ênfase às instituições internacionais. O ministro argumentava que a política russa não se basearia mais em ideologia ou ambições messiânicas, mas sim no bom senso e na avaliação realista das necessidades concretas (Sakwa, 1996, p. 276).

Em abril de 1993, houve o Conceito da Política Externa da Federação Russa aprovado por Yeltsin. O documento projetava uma Rússia que abrangesse sua diplomacia com países que anteriormente permaneciam fora do âmbito de sua política activa e dessa forma a Rússia conseguiria assegurar seus interesses e ganharia maior liberdade na escolha de alternativas de

política externa. Com esta finalidade, foram construídas as seguintes prioridades principais: fornecer meios políticos para a segurança da Rússia em todas as dimensões em regiões próximas e no mundo todo e garantir o papel da Rússia no equilíbrio global de influência, nos processos multilaterais de regulação da economia mundial e das relações internacionais, correspondendo ao estatuto de grande potência. O Conceito de 1993 também coloca as relações com os Estados Unidos num dos primeiros lugares nas prioridades da política externa russa no futuro próximo. A projeção russa da época era que o desenvolvimento de relações plenas com os Estados Unidos poderia facilitar a criação de um ambiente externo favorável à realização de reformas econômicas internas na Rússia (Federação Russa, 1993, tradução via Brave).

No final de 1992, a política externa pró-Ocidente de Boris Yeltsin e do Ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev, começara a surtir efeito. A "terapia de choque" recomendada pelo FMI foi implementada em janeiro de 1992 e levou a graves dificuldades econômicas para muitas pessoas, como relata Tsygankov (2012). A oposição havia condenado a alegada servilidade de Kozyrev e sua obsessão "romântica" com o Ocidente, bem como sua incapacidade de formular uma política eficaz em relação às ex-repúblicas soviéticas. Para os nacional-patriotas e centristas, a fidelidade aos princípios de um universalismo liberal cosmopolita ameaçava a própria existência da Rússia como Estado (Sakwa, 1996, 278-279, tradução própria).

Ao mesmo tempo, a política de segurança de Yeltsin-Kozyrev, especialmente nos Balcãs, também foi alvo de fortes críticas e a pressão da oposição intensificou-se ainda mais quando a OTAN lançou ataques aéreos contra os sérvios da Bósnia na guerra da Iugoslávia (Tsygankov, 2012, p. 172, tradução própria). Os sérvios eram considerados aliados tradicionais da Rússia e os patriotas russos insistiam que Yeltsin e Kozyrev os traíram ao não usarem seu poder de veto no Conselho de Segurança para bloquear resoluções anti-sérvias. Desse modo, como Richard Sakwa (1996) expõe, as guerras da Iugoslávia trouxeram à tona, de forma contundente, o questionamento sobre a política externa russa em sua aliança com o Ocidente em detrimento de sua posição como grande potência. Além disso, a Rússia não só não obteve nenhum benefício com sua política para os Balcãs, como também expôs sua fragilidade (Sakwa, 1996, p. 295-296).

Ademais, nesse contexto cada vez mais politizado, a OTAN decidiu expandir-se para o leste, incorporando membros do antigo bloco soviético na Europa Oriental. Essa decisão, segundo Tsygankov (2012, p. 172), forneceu à oposição nacionalista interna argumentos e recursos adicionais para se mobilizar contra a política ocidental. Enquanto isso, Yevgeny

Primakov, então diretor do Serviço de Inteligência Estrangeira da Rússia, criticou duramente a expansão, referindo-se à memória histórica das hostilidades da Guerra Fria e alertando que a expansão resultaria no aumento do isolamento da Rússia. Devido à esta visão, dentre todos os possíveis sucessores de Kozyrev, Primakov era provavelmente o menos bem-vindo em Washington. Ao escolhê-lo, Yeltsin sinalizou que se preocupa mais em apazigar o nacionalismo interno do que em acalmar os temores dos EUA. Durante a era soviética, Primakov trabalhou em vários países do Oriente Médio como correspondente do principal jornal comunista, o *Pravda*. Ciente da fragilidade da Rússia, o novo ministro temia tornar-se dependente da potência mais forte do sistema internacional e desejava implementar políticas "multivetoriais" que permitissem alcançar relações mais equilibradas com o Ocidente e preservar laços fortes com a China, a Índia e o mundo islâmico (Tsygankov, 2012, p. 173, tradução própria).

Para Primakov, "a Rússia é tanto Europa quanto Ásia", e esse conceito teve um papel fundamental na formulação de sua política externa (Primakov, 1992, *apud* Tsygankov, 2012, p. 173, tradução própria). Ele havia recomendado que a Rússia mantivesse relações equidistantes com os "atores econômicos e políticos globais europeus e asiáticos" e apresentou um programa positivo para a integração dos esforços da CEI (Comunidade dos Estados Independentes)⁷ na esfera da segurança (Tsygankov, 2012, p. 173, tradução própria).

Essa linha de pensamento é refletida no Conceito de Segurança Nacional aprovado pelo Decreto Presidencial russo de 17 de dezembro de 1997 que apresenta a visão estratégica do Estado russo em um sistema internacional multipolar. O documento emprega o termo "grande potência" para definir o lugar que a Rússia pretende ocupar na ordem global, enfatizando a necessidade de preservar soberania, integridade territorial e capacidade de projeção de poder em esferas militares, diplomáticas, econômicas e informacionais. A expansão da OTAN para o leste é vista como ameaça direta ao equilíbrio estratégico, associada a ceticismo quanto à eficácia de instituições multilaterais como a ONU e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) na proteção dos interesses russos. O documento também enfatiza uma política externa dedicada à dissuasão militar, com destaque para o papel central do arsenal nuclear, e instrumentos diplomáticos, econômicos e informacionais, sendo essenciais para o equilíbrio de poder. Entre os interesses nacionais, o texto enfatiza cooperação com países da Comunidade dos Estados Independentes e a proteção

⁷ Organização criada em dezembro de 1991 por onze países da antiga URSS: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Uzbequistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Ucrânia. A Geórgia aderiu em dezembro de 1993 (Insee, 2016, tradução própria). Disponível em: <https://www.insee.fr/en/metadonnees/definition/c1918>. Acesso em: 19/11/2025.

de cidadãos russos no exterior, aqui referidos como “compatriotas”, integrados à noção de segurança internacional russa. Observa-se a recorrência de categorias discursivas que reforçam a ideia de retorno a um papel central, funcionando como dispositivo de legitimação da modernização militar e da busca por maior influência na ordem multipolar emergente (Federação Russa, 1997, tradução via Brave).

Antes do Conceito de Segurança Nacional, sabendo de suas tendências nacionalistas e da percepção dos países ocidentais, Primakov, buscando reduzir a percepção da OTAN como uma ameaça, procurou trabalhar no estabelecimento de laços diplomáticos e políticos mais estreitos com ela. O resultado foi o documento negociado e assinado pelas duas partes em maio de 1997, o Ato Fundador sobre Relações Mútua, Cooperação e Segurança entre a Rússia e a OTAN. A Rússia considerou esse documento como uma quase institucionalização de suas relações com a aliança (Tsygankov, 2012, p. 174, tradução própria). Nele há a uma busca de reduzir tensões no espaço euro-atlântico em um mecanismo de previsibilidade estratégica entre as partes, especialmente ao criar um Conselho Permanente Conjunto para consultas regulares que era um canal de comunicações para diminuir riscos e erros de cálculo enquanto afirma: “OTAN e Rússia não se consideram adversários”. Este Ato permitia à Rússia acesso à informação, previsibilidade e algum grau de influência, ao mesmo tempo que buscava reduzir anseios russos e tranquilidade de ação no espaço euro-atlântico por parte dos ocidentais (NATO, 1997, tradução própria).

No entanto, a decisão da OTAN de iniciar ataques aéreos contra Belgrado em março de 1999 durante a guerra do Kosovo alterou o quadro da relação. A reação oficial da Rússia foi dura: acusou a aliança de violar a jurisdição da ONU e a Ata de Helsinque sobre a preservação da soberania, suspendeu sua participação no Acordo de Fundação, retirou sua missão militar de Bruxelas e ordenou que os representantes da OTAN deixassem a Rússia (Tsygankov, 2012, p. 174, tradução própria).

Diante disso, a Rússia almeja abranger suas relações mundo afora, com o multipolarismo da “Doutrina Primakov”. O Oriente Médio emergiu como um local onde a União Soviética poderia atuar como uma potência global. A Rússia pós-soviética parecia estar se engajando novamente em tais jogos de poder, para competir com o Ocidente dentro e pelo Oriente Médio (Tsygankov *et al*, 2018, p. 295, tradução própria).

Entre 1992 e 1996, o Oriente Médio foi amplamente negligenciado na política externa russa. Após o fim da Guerra Fria, o Iraque e a Síria, que ainda possuíam dívidas enormes com Moscou, tornaram-se de interesse fundamental para a Rússia pós-soviética na região. Para o Iraque, a Rússia havia pressionado pelo fim das sanções impostas pelo Conselho de

Segurança da ONU após a invasão iraquiana do Kuwait em 1990. Em relação à Síria, que consolidou sua posição internacional após seu apoio à coalizão internacional contra o Iraque em 1990, houve uma rápida retomada das relações com a Rússia, principalmente na área militar. O retorno do Oriente Médio às considerações da política externa russa, no entanto, foi instigado quando Yevgeny Primakov assumiu o Ministério das Relações Exteriores, substituindo Kozyrev. Ele questionou a orientação incondicional da Rússia para o Ocidente e passou a dar nova atenção ao Oriente Médio (Tsygankov *et al.*, 2018, p. 298-299, tradução própria).

A política externa ativa defendida por Primakov exigia o desenvolvimento de laços geoestratégicos e econômicos com países fora do Ocidente. Arabista de formação, Primakov tornou-se ativo no Oriente Médio e aumentou consideravelmente as vendas de armas russas na região. Por onde passava, o novo ministro difundia sua mensagem sobre a necessidade de construir uma ordem mundial multipolar, que ele considerava a garantia definitiva contra a expansão da OTAN. Três países desempenharam papéis especialmente importantes em sua visão: China, Irã e Índia (Tsygankov, 2012, p. 175-176, tradução própria).

A Síria, após o colapso da URSS, permaneceu um importante parceiro regional para a Rússia. O país ainda tinha uma dívida considerável com a Rússia, no qual a Rússia havia perdoado cerca de 70% da dívida síria de 13,4 bilhões de dólares em 2005, no entanto a Rússia reabasteceu o regime com armamentos e, muito provavelmente, as dívidas sírias aumentaram novamente. Portanto o exército sírio permaneceu altamente dependente de armamentos e peças de reposição russos. Pouco tempo depois, a Rússia renovou sua cooperação econômica (1993) e militar (1994), e novas entregas de armas ocorreram em 1998. (Tsygankov *et al.*, 2018, p. 302, tradução própria).

Outro potencial parceiro estratégico nos cálculos de Primakov era o Irã. Politicamente, ele via o país como um aliado regional para conter a influência do regime talibã no Afeganistão e na Turquia, particularmente nos estados da Ásia Central e no Azerbaijão. Geopoliticamente, o Irã era mais um potencial aliado na resistência à unipolaridade controlada pelos EUA (Tsygankov, 2012, p. 176, tradução própria).

Primakov também esperava que, após a reconstrução da economia, a Rússia “retornasse” à política mundial. Para viabilizar um período de recuperação, a Rússia precisava de flexibilidade em suas alianças internacionais e de um envolvimento pragmático – ou seja, de baixo custo – na política mundial, exceto nos casos em que estivessem em jogo os interesses mais vitais da Rússia. Nas relações com o Ocidente, Primakov insistia que a Rússia precisava adotar táticas de equilíbrio contra a potência mais forte, os Estados Unidos,

para facilitar o surgimento de um mundo multipolar. Ele argumentava que o mundo unipolar não seria liberal nem democrático, apesar das promessas americanas, e que a Rússia não deveria sucumbir à retórica da potência mais forte (Tsygankov, 2012, p. 181, tradução própria). É nesse contexto que consolida a “Doutrina Primakov” sobre a visão russa de projeção de poder no mundo pós-guerra fria, argumentando que a multipolaridade traria a oportunidade para a ascensão russa no sistema internacional, fazendo com que a balança de poder relativa torne-se a favor da Federação Russa.

4.3 Putin e o novo milênio

Ao mesmo tempo, Putin também procurava restaurar o orgulho russo que encontrava-se ferido após uma década conturbada, dadas as dificuldades políticas, econômicas, militares e administrativas com as quais o Kremlin se deparou após o final da Guerra Fria. Segundo Nuno Morgado (2018), é com a eleição de Vladimir Putin, no ano 2000, que a assertividade da política externa russa começa a tornar-se uma característica distintiva, lançando as bases para a emergência de dinâmicas que têm contribuído para reacender um novo clima de Guerra Fria com os EUA [nos anos seguintes] (Morgado, 2018, p. 27).

Em 2002, o Presidente russo afirma na Assembleia Federal que “A política externa russa será, no futuro, organizada de forma estritamente pragmática, baseada em nossas capacidades e interesses nacionais: militares e estratégicos, econômicos e políticos. E também levando em consideração os interesses de nossos parceiros, sobretudo na CEI.” (Putin, 2002, tradução própria). Percebe-se aqui uma continuação da projeção Primakov-Yeltsin na questão da equidistância e pragmatismo político como estratégia de política externa junto à busca por integração das ex-repúblicas soviéticas no espaço de influência russo.

O Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado a 28 de junho de 2000, incorpora uma série de novos elementos e eixos estratégicos. Logo no primeiro ponto “Princípios Gerais”, o documento demonstra que o Kremlin vê “mudanças fundamentais e dinâmicas que afetam profundamente os interesses da Federação Russa e de seus cidadãos” no mundo moderno, e que consequentemente, surgem “novos desafios e ameaças aos interesses nacionais da Rússia”, originados com o fim da Guerra Fria. Neste Conceito, Moscou enumera certos tipos de ameaças que considera relevantes, passando a incluir rivalidades político-militares entre potências, conflitos regionais, terrorismo internacional,

tráfico de armas e drogas e a proliferação de armas nucleares. Contudo, a Rússia também critica a crescente tendência para a existência de uma “Estrutura unipolar do mundo com domínio econômico e de poder dos Estados Unidos” e acrescenta que “a estratégia de ações unilaterais pode desestabilizar a situação internacional, provocar tensões e a corrida armamentista, agravar contradições interestatais e conflitos nacionais e religiosos”. Mais a frente asserta que esses “métodos de poder que contornam os mecanismos jurídicos internacionais existentes” não podem eliminar as profundas contradições socioeconômicas, interétnicas e de outras naturezas que subjazem aos conflitos, e só pode minar os fundamentos da lei e da ordem. Contudo, embora Moscou admita que haja “diferenças graves e, em alguns casos, fundamentais” com Washington, entende igualmente que uma boa interação russo-americana é uma “condição necessária para a melhoria da situação internacional e a consecução da estabilidade estratégica global” (Federação Russa, 2000, tradução própria).

De qualquer forma, o documento reitera a importância do estabelecimento de um “sistema multipolar de relações internacionais que realmente reflete a diversidade do mundo moderno com sua grande variedade de interesses”. Dessa forma, a importância do desenvolvimento de relações com outros países, em diversas regiões repete-se e também se encontra manifesta no Conceito, com menções do aprofundamento de relações de amizade com alguns países asiáticos, como a China e a Índia. A região do Médio Oriente parece, igualmente, assumir importância para o Kremlin, visto que o documento realça a importância do estreitamento de relações com o Irã, acrescentando que irá trabalhar para a estabilização da situação nesta região, assim como no Golfo Pérsico e no Norte de África. No ponto IV “Regional Priorities”, a Rússia destaca a importância de realizar uma política externa que assegure a concretização de uma cooperação bilateral e multilateral com os Estados da CEI, estabelecendo e desenvolvendo relações de parceria com os mesmos (Federação Russa, 2000, tradução própria).

Em relação à OTAN, o documento demonstra a atitude crítica russa em relação às atuais diretrizes políticas e militares da OTAN, visto que considera que estas “não coincidem com os interesses de segurança da Federação Russa e ocasionalmente os contradizem diretamente” ao mesmo tempo mantém a sua atitude negativa em relação à expansão da OTAN. No entanto, comprehende a importância de uma cooperação para manter a segurança e a estabilidade no continente europeu e, por isso, encontra-se “aberto à interação construtiva” com base nos princípios estabelecidos no Ato Fundador sobre Relações Mútua, Cooperação e Segurança entre a Rússia e a OTAN de 1997 (Federação Russa, 2000, tradução própria).

A tragédia do 11 de setembro que ocorreu em solo americano, foi vista como um acontecimento igualmente trágico e perigoso pela Rússia. Em 2001, a Rússia já havia sofrido múltiplos ataques terroristas, e muitos russos sentiam uma simpatia instintiva pelo povo e pelo governo americano. O presidente Vladimir Putin foi um dos primeiros a telefonar para o presidente George Bush para expressar seu apoio e prometer recursos importantes para ajudar os Estados Unidos em sua luta contra o terrorismo. Posteriormente, Putin ofereceu amplo apoio aos Estados Unidos para suas operações no Afeganistão, incluindo o compartilhamento de informações de inteligência, a abertura do espaço aéreo russo para missões de ajuda humanitária, a participação em operações de busca e resgate, o apoio de países da Ásia Central à causa americana e o armamento de forças anti-Talibã dentro do Afeganistão. Como resultado, a Rússia havia apoiado a Aliança do Norte e ficou satisfeita em ver [a al-Qaeda], que patrocinava o terrorismo na Chechênia, deposta do poder sem que um único tiro russo fosse disparado (Tsygankov, 2012, p. 118-121, tradução própria).

No caso iraquiano, todavia, ele optou por se opor à intervenção militar americana de 2003. Juntamente com outros diplomatas russos, Putin se opôs ao uso da força sem a autorização da ONU. Assim como muitos outros nos círculos políticos russos, Putin acreditava que o terrorismo, como um fenômeno apátrida, representava um desafio ao próprio sistema de Estados-nação. Em sua visão, o terrorismo só poderia ser derrotado por meio da coordenação dos esforços entre os Estados, e não confrontando Estados relativamente consolidados, como o Iraque (Tsygankov, 2012, p. 121-125, tradução própria).

Embora Moscou tivesse alertado anteriormente que a adesão dos Estados bálticos à OTAN poderia desencadear o destacamento de armas nucleares táticas russas em Kaliningrado, março de 2004 testemunhou a entrada em massa na OTAN da Bulgária, Romênia, Eslovênia, Eslováquia e dos três Estados bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia, seguida, em maio, pela expansão ainda mais ampla da UE (Tsygankov *et al*, 2018, p. 70). Reconhecendo que a posição internacional da Rússia ainda era frágil, ele optou por não iniciar uma luta que só poderia perder enquanto a infraestrutura militar da OTAN deslocava-se à leste ao longo do Mar Báltico até a fronteira com a Rússia, a menos de 160 quilômetros da segunda maior cidade russa, São Petersburgo, assim cercando o enclave russo de Kaliningrado (Tsygankov *et al*, 2018, p. 70).

Mais a frente, ocorre dentro do espaço pós-soviético as Revoluções Coloridas na Geórgia (2003) e na Ucrânia (2004) que foram avaliados positivamente pelos Estados Unidos na sua Estratégia de Segurança Nacional, segundo a qual “trouxeram uma nova esperança de liberdade em toda a massa territorial da Eurásia” (Estados Unidos, 2006, tradução própria).

Esta posição dos EUA contrasta com a da Rússia, que estava empenhada em preservar os governos vigentes na sua vizinhança, como forma de impedir a sua aproximação ao Ocidente e consequente distanciamento da órbita de influência russa (Morgado, 2018, p. 51). Compreende-se que a Rússia enxergava que essas revoluções ameaçam a própria posição russa no cenário internacional perante a unipolaridade dos Estados Unidos.

Dentre esses fatores, o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN (1999), a invasão do Iraque liderada pelos EUA (2003), a dupla expansão da UE e da OTAN em 2004, as “revoluções coloridas” na Geórgia e na Ucrânia (2003, 2004), o planejamento de um sistema de defesa antimíssil da OTAN (2002/2007) [...] acabaram por azedar as relações [russas] com o Ocidente, já que no Kremlin todos foram percebidos como manifestações da crescente influência ocidental nas fronteiras da Rússia ou como interferência nos assuntos de Estados soberanos, independentemente da objeção explícita de Moscou, negando assim à Rússia seu papel global e recusando-se a reconhecer a voz russa como igualitária (Tsygankov *et al*, 2018, p. 299-300, tradução própria).

Ademais, na Conferência de Munique em 2007, Putin em seu discurso apresentou uma crítica frontal à ordem internacional pós-Guerra Fria, que ele caracteriza como uma tentativa mal-sucedida de instaurar um sistema unipolar. Ele descreve esse modelo [unipolar estadunidense] como um arranjo centrado em “um centro de autoridade, um centro de força, um centro de tomada de decisão” e afirma que tal configuração é tanto “inaceitável” quanto “impossível” porque carece de qualquer base moral e não possui meios materiais para se sustentar. Bem como, Putin argumenta que os Estados Unidos extrapolaram os limites do direito internacional, recorrendo a “ações unilaterais e frequentemente ilegítimas” que não resolveram conflitos e, ao contrário, “causaram novas tragédias humanas e criaram novos centros de tensão”. Nessa lógica, a expansão da OTAN é interpretada como uma medida provocativa que viola promessas feitas à Rússia e reforça dinâmicas de desconfiança (Putin, 2007, tradução própria).

No mesmo discurso, ele critica a substituição de normas legais internacionais por “um sistema jurídico de um único estado”, aludindo diretamente aos EUA e à prática de estender sua jurisdição para além de suas fronteiras. Ao mesmo tempo, ele posiciona a multipolaridade como tendência inevitável, sustentada pelo crescimento econômico de novos centros de poder, afirmado que “o potencial econômico dos novos centros de crescimento econômico global será inevitavelmente convertido em influência política” (Putin, 2007, tradução própria).

Nessa lógica, Putin apresenta a Rússia como um ator com responsabilidades particulares na preservação do equilíbrio estratégico, especialmente no tocante às armas nucleares e à militarização do espaço. Ao tratar de defesa, afirma que o desenvolvimento do sistema antimíssil dos EUA ameaça romper o equilíbrio nuclear, o que obriga a Rússia a desenvolver “uma resposta assimétrica” para garantir sua segurança. Por fim, ele critica tentativas de interferência ocidental por meio de ONGs e estruturas multilaterais, como a OSCE, que, segundo ele, teriam se transformado em instrumentos de imposição política (Putin, 2007, tradução própria). Nesse trecho, ele reforça a percepção de cerco estratégico, construindo a Rússia como uma grande potência obrigada a agir para preservar autonomia, dissuasão e sua esfera de influência.

Putin finaliza reiterando que a Rússia não precisa ser incentivada a agir porque “A Rússia é um país com uma história que se estende por mais de mil anos e que praticamente sempre utilizou o privilégio para levar a cabo uma política externa independente”, insistindo na intenção de cooperar, mas apenas em termos de igualdade soberana e na construção de uma ordem internacional mais equilibrada (Putin, 2007, tradução própria).

No entanto, mais à frente, no fim de seu mandato, houve um evento que intensificou ainda mais as tensões com o ocidente político e também com os vizinhos (Ucrânia e Geórgia). A Rússia foi convidada a participar da cúpula da OTAN na capital romena de Bucareste em abril de 2008. Nesta reunião, Bush havia pressionado fortemente a adesão georgiana e ucraniana à OTAN (Erlanger; Myers, 2008). Consequentemente, Putin respondeu declarando que essa expansão seria uma ameaça direta à Rússia. Ao mesmo tempo, as delegações da Alemanha, França, Itália e de outros países europeus, resistiram à pressão, e rejeitaram a proposta, o que ajudou a distender o clima da primeira e a última participação de Putin no encontro como presidente (Folhapress, 2008).

4.4 A Era Medvedev

Pouco tempo depois de assumir a presidência em 2008, e numa lógica de continuação dos principais eixos apresentados na prática desde 2000, Dmitry Medvedev aprovou um novo Conceito de Política Externa da Federação Russa. Em termos gerais, o conteúdo do documento apresenta várias semelhanças com o conceito anterior, nomeadamente o caráter equilibrado e multivetorial da política externa russa, considerando a Rússia como “um dos principais Estados do mundo” e defendendo a ideia de que “a estratégia de ação unilateral leva à desestabilização da situação internacional, provoca tensões e corrida armamentista

[...]. O documento volta a declarar a visão russa relativa à importância do estabelecimento de uma ordem multipolar, referindo que a Rússia “aguarda com expectativa o surgimento de um sistema estável de relações internacionais baseado nos princípios de igualdade, respeito mútuo e cooperação mutuamente benéfica” (Federação Russa, 2008, tradução própria).

Este novo conceito reitera também a relevância da Rússia “como um dos centros influentes no mundo moderno”. No ponto IV “Prioridades Regionais”, encontra-se novamente destacada a importância das relações bilaterais e multilaterais com os países do CEI, do aprofundamento da CSTO (Organização Tratado de Segurança Coletiva), considerando-se “instrumento(s) chave para manter a estabilidade e garantir a segurança na CEI”, e do respeito pelos mecanismos de cooperação existentes, entre os quais se destaca a Organização de Cooperação de Xangai (SCO). Relativamente à OTAN, o documento reafirma a hostilidade de Moscou perante a expansão da organização em direção às fronteiras russas, especificando a sua preocupação com a integração da Geórgia e da Ucrânia (Federação Russa, 2008, tradução própria).

Pouco depois da emissão do Conceito de 2008, eclodiu a guerra russo-georgiana de 7 a 12 de Agosto. Segundo Marcel de Haas (2009, p. 2, tradução própria), a guerra foi uma ação política que refletia os interesses nacionais referidos no Conceito de 2008. Para Nuno Morgado (2018), a guerra também foi mais do que o resultado de um evento específico, ela representa o culminar de vários momentos de tensão diplomática entre a Rússia e a Geórgia, que se desenrolaram após a Revolução Rosa de 2003 e da consequente aproximação de Tbilisi ao Ocidente. Além disso, esse momento também foi essencial para compreender as dinâmicas globais que levaram ao surgimento de um clima de nova guerra fria (Morgado, 2018, p. 40)

Brevemente após a cessação das hostilidades na Geórgia, Medvedev, em uma entrevista à canais russos, justificou sua agenda de política externa e de segurança, englobando a intervenção na Geórgia, em cinco grandes eixos, reiterando as cláusulas principais que caracterizaram o anterior Conceito de Política Externa:

- (1) a Rússia reconhece a primazia dos princípios fundamentais do direito internacional, que determinam as relações entre os povos civilizados. E no quadro destes princípios, deste conceito de direito internacional, desenvolvemos as nossas relações com outros Estados;
- (2) o mundo deve ser multipolar. Unipolaridade – é inaceitável. Dominação – é inaceitável. Não podemos aceitar uma ordem mundial em que todas as decisões são tomadas por um país, mesmo um país tão sério e autoritário como os Estados Unidos da América. Tal mundo – é assustador e ameaçador de conflitos;
- (3) a Rússia não quer

confronto com nenhum país. A Rússia não vai se isolar. Desenvolveremos ao máximo nossas relações amistosas com a Europa, os Estados Unidos da América e outros países do mundo; (4) a prioridade absoluta é protegermos a vida e a dignidade dos nossos cidadãos, onde quer que estejam. Partiremos disso ao implementar nossa política externa. Também protegeremos os interesses de nossa comunidade empresarial no exterior. E deve ficar claro para todos que, se alguém sofrer ataques agressivos, receba uma resposta para isso; (5) a Rússia, tal como outros países do mundo, tem regiões onde existem interesses privilegiados. Nessas regiões há países com os quais somos tradicionalmente conectados por relações amigáveis, bondosas e historicamente especiais. Trabalharemos com muito cuidado nessas regiões. E desenvolver essas relações amigáveis com esses estados, com nossos vizinhos próximos. É isso que procederei ao implementar nossa política externa (Medvedev, 2008, tradução própria).

O discurso organiza-se em torno de princípios do direito internacional, mas rapidamente os subordina à lógica de poder e segurança. Por exemplo, a recusa da unipolaridade e a ênfase nos “interesses privilegiados” nas regiões próximas funcionam como pretexto de contenção da influência dos Estados Unidos sobre seus vizinhos e revela uma visão geopolítica de zonas de influência típicas da balança de poder. Desse modo, a retórica de Medvedev reforça que a Rússia age defensivamente, mas sempre visando a manutenção coerente de sua posição global. A visão de Medvedev demonstra que a percepção de perigo do expansionismo da OTAN persiste numa visão de Estado, desde a época da chancelaria de Primakov.

Em novembro de 2008, Medvedev, junto ao presidente brasileiro da época Luiz Inácio Lula da Silva defenderam a realização da primeira cúpula do grupo BRICS que seria em 2009, em um contexto assombrado pela crise financeira das *subprimes* originadas nos Estados Unidos. O presidente russo enfatiza que a crise é produto de desequilíbrios gerados pelo sistema financeiro liderado por Washington e afirma que “a crise financeira, que não iniciamos e pela qual não somos culpados, afetou a situação econômica global e somos obrigados a reagir”, destacando a necessidade de “criar uma nova arquitetura financeira global”. Lula reforça a mesma percepção ao afirmar que “o BRIC é uma força importante na discussão dos problemas globais” e que os países em desenvolvimento “não devem permitir que a crise prejudique o nosso desenvolvimento” (Shchedrov; Viga Gaier; Grudgins, 2008, tradução própria). As declarações de Medvedev e Lula reforçam a construção simbólica de um bloco emergente que busca reequilibrar a distribuição de poder internacional.

Em junho de 2009, durante as cúpulas do BRIC e da Organização para Cooperação de Xangai em Ecaterimburgo, Medvedev reforçou a estratégia russa de *soft balancing* contra os

Estados Unidos ao defender que “provavelmente testemunharemos a criação de uma moeda de reserva supranacional”, pois “o sistema monetário existente não é ideal”. Moscou buscava criar blocos de coordenação econômica e política capazes de limitar a influência estrutural dos EUA e ampliar sua própria liberdade de ação. No plano material, isso coincidiu com esforços paralelos de cooperação militar russa na América Latina, evidenciando uma estratégia de projeção global destinada a fortalecer posições e aliados, o que inclui no Oriente Médio, cuja manutenção era facilitada pelo avanço de uma ordem internacional mais multipolar e menos controlada por Washington (Falconbridge, 2009, tradução nossa).

A Primavera Árabe marcou a segunda grande mudança nas relações da Rússia com os Estados Unidos e com o próprio Oriente Médio, e chamou a atenção de Moscou para o que ela novamente percebia como o papel destrutivo que o Ocidente desempenha na região. A reação do Ocidente aos protestos confirmavam crenças profundamente arraigadas sobre a influência negativa que o Ocidente lá exercia. A campanha que o Ocidente conduziu no Iraque (2003-2011) não encontrou apoio em Moscou, e a posição ocidental sobre as revoluções na Tunísia, Egito, Líbia e Síria encontrou igualmente pouca aprovação no Kremlin. Enquanto a Rússia se manteve à margem no Iraque, apoiou as tropas ocidentais no Afeganistão e se absteve de interferir na Líbia, a Rússia assumiu uma postura muito mais ativa na Síria, tentando fazer jus à sua autoimagem de potência global, impedir a mudança de regime em Damasco e repelir tanto a influência ocidental quanto a influência do terrorismo, em sentido amplo. O ressurgimento do jihadismo, todavia, foi percebido pela Rússia como uma ameaça a ser combatida (Tsygankov *et al*, 2018, p. 298, tradução própria).

Políticos, jornalistas e cientistas russos culpavam particularmente o Ocidente pela ascensão [do salafi-jihadismo] e, numa reminiscência da trama durante a guerra soviética no Afeganistão, retratam muitos conflitos no Médio Oriente como uma oposição binária excessivamente simplificada entre regimes seculares e movimentos “jihadistas”, estes últimos frequentemente vistos como sendo patrocinados pelo Ocidente e pelos estados do Golfo (Dolgov, 2015, p. 27–29, 32, *apud* Tsygankov *et al*, 2018, p. 298, tradução própria).

Quando eclodiu em 2011, observadores russos viram a “Primavera Árabe” como uma continuação das “revoluções coloridas” que levaram à queda de governos aliados à Rússia e à sua substituição por governos mais alinhados ao Ocidente na Sérvia (2000), Geórgia (2003) e Ucrânia (2004). Moscou acreditava que o Ocidente buscava objetivos semelhantes não apenas na Líbia e na Síria, mas também na própria Rússia, quando ocorreram manifestações contra o plano de Putin de reassumir a presidência em 2011-2012 (Tsygankov *et al*, 2018, p. 301, tradução própria).

O presidente Medvedev criticou as ações das forças da OTAN na Líbia, alegando que elas extrapolam a resolução da ONU correspondente, mesmo considerando que a resolução em si estava correta. Na cúpula anual dos países do BRICS, o presidente russo criticou a operação da coalizão internacional contra as forças líbias leais ao coronel Gaddafi. "A resolução em si é absolutamente normal, mas deve ser cumprida e ninguém deve tentar exceder seu mandato. Essa é uma tendência muito perigosa nas relações internacionais", disse Medvedev. "As resoluções do Conselho de Segurança devem ser cumpridas de acordo com sua letra e espírito, e não de acordo com interpretações livres dadas por certos Estados", afirmou. Ainda expressou que concordava com a zona de exclusão aérea, pois poderia evitar a intensificação da guerra civil, porém o resultado foi diferente, ocorreu "na essência, uma operação militar que ainda não está acontecendo em terra, mas está ocorrendo no ar, com a participação de vários países e na qual a OTAN, como bloco militar, começou a participar em algum momento. Mas a resolução não menciona nada parecido com isso." (Russia Today, 2011, tradução própria).

4.5 O retorno de Putin e a guerra civil síria

Quando eclodiu a guerra civil síria, os russos haviam demonstrado apoio diplomático consistente ao regime de Assad, conscientes de que sua queda representaria a perda do único aliado de Moscou no mundo árabe; uma vitória rebelde provavelmente levaria, por exemplo, à perda da base naval russa em Tartus. O presidente Vladimir Putin, [consoante à Medvedev], protestou veementemente contra a intervenção da OTAN na Líbia em 2011, declarando que as potências ocidentais haviam explorado a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU para justificar a derrubada de Gaddafi, e autoridades russas expressaram a suspeita de que qualquer intervenção aérea ocidental na Síria, seja para impor uma "zona de exclusão aérea" ou para lançar ataques punitivos, serviria simplesmente como pretexto para o mesmo destino de mudança de regime (Hughes, 2014, p. 530, tradução própria).

Em 2013 é emitido o novo Conceito de Política Externa da Federação Russa. No documento, a Rússia percebe o equilíbrio de poder de forma cada vez menos favorável às potências do Ocidente em direção principalmente para a região da Ásia-Pacífico. O surgimento de novos atores econômicos e políticos globais somados às tentativas dos países ocidentais em preservar suas posições tradicionais, para a Rússia, intensifica a competição global, que se manifesta na crescente instabilidade das relações internacionais. Outro risco para a paz e a estabilidade mundiais, no Conceito de 2013, reside nas tentativas de gerir crises

por meio de sanções unilaterais e outras medidas coercitivas, incluindo agressões armadas, fora do âmbito do Conselho de Segurança da ONU (Federação Russa, 2013, tradução própria). Tal qual a intervenção na Líbia e as sanções contra o governo de Bashar al-Assad, por exemplo. Mais à frente, o documento alerta sobre o perigo do uso destrutivo e ilícito do *soft power* e dos conceitos de direitos humanos para exercer pressão política sobre Estados soberano e interferem em seus assuntos internos, desestabilizam sua situação política e manipulam a opinião pública, sob o pretexto de financiar projetos culturais e de direitos humanos no exterior. Para os russos essa estratégia de *soft power*, [que no caso seria a estratégia do *smart power* do governo Obama], criam crises cada vez maiores nesses países (Federação Russa, 2013, tradução própria).

As revoltas da Primavera Árabe, o uso do soft power dos países ocidentais e as subsequentes guerras civis na Líbia e Síria podem enquadrar-se na modalidade de guerra híbrida. Segundo Hoffman (2007, p. 14), as guerras híbridas incorporam uma gama de diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, como violência indiscriminada e coerção, e desordem criminal. Essas atividades multimodais podem ser conduzidas por unidades separadas, ou mesmo pela mesma unidade, mas geralmente são dirigidas e coordenadas operacional e taticamente dentro do campo de batalha principal para alcançar efeitos sinérgicos. Além disso, podem ser conduzidas tanto por Estados quanto por uma variedade de atores não estatais. As "guerras híbridas" combinam a letalidade dos conflitos entre Estados com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular. O termo "híbrido" abrange tanto sua organização quanto seus meios. Organizacionalmente, podem apresentar uma estrutura política hierárquica, combinada com células descentralizadas ou unidades táticas em rede. Seus meios também serão híbridos em forma e aplicação. Isso pode incluir estados que combinam capacidades de alta tecnologia, como armas antissatélite, com terrorismo e guerra cibernética direcionadas a alvos financeiros (Hoffmann, 2007, p. 28, tradução própria).

Essa combinação multivetorial em um conflito a torna difícil para Estados defenderem-se em meios convencionais e isso preocupava os russos, principalmente o General e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Russas, Valery Gerasimov, pela sua capacidade de provocar mudanças de regimes, tanto os aliados quanto Moscou em si. Gerasimov (2013) expressou sua apreensão a respeito no seu artigo “O valor da ciência é na previsão” sobre as novas modalidades de guerra no século XXI e como adaptar as forças armadas russas e o Estado russo à essa realidade: “seria o mais fácil dizer que os eventos da ‘Primavera Árabe’ não são uma guerra e, portanto, não há lições para nós – militares –

aprendermos. Mas talvez o oposto seja verdadeiro: que precisamente esses eventos sejam típicos da guerra no século XXI” (Gerasimov, 2013, tradução via Yandex).

Para Gerasimov (2013), “as próprias ‘regras da guerra’ mudaram”, nesse sentido, o papel dos meios não militares para alcançar objetivos políticos e estratégicos cresceu e, em muitos casos, superou o poder da força das armas em sua eficácia. O foco dos métodos aplicados em conflitos se alterou na direção do amplo uso de medidas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias e outras não militares, aplicadas em coordenação com o potencial de protesto da população. Tudo isso, segundo o general russo, é complementado por meios militares de caráter oculto, incluindo a realização de ações de guerra informacional e de forças de operações especiais.

Portanto, o uso aberto da força [convencional], muitas vezes sob o pretexto de manutenção da paz e regulação de crises, é utilizado apenas em um determinado estágio, principalmente para a obtenção do sucesso final no conflito (Gerasimov, 2013, tradução via Yandex). Dessa forma, ele conclui que é necessário aperfeiçoar as atividades no espaço informacional, incluindo a defesa de “nossos próprios objetivos”, alertando para novas demandas por sistemas de suporte multifacetados e para novas atividades acadêmicas que não podem ser negligenciadas (Gerasimov, 2013, tradução via Yandex). Futuramente, seu artigo foi interpretado como a “Doutrina Gerasimov”, por estabelecer diretrizes de preparo e ação para a Rússia em relação às guerras híbridas.

Neste ritmo, a assertividade e o pragmatismo do Kremlin foram ganhando maior ênfase à medida que as divergências em relação à posição e atuação dos EUA e seus aliados se acentuaram sobre assuntos, entre os quais as Revoluções Coloridas, a expansão da NATO ou a intervenção militar autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU na Líbia (Morgado, 2018, p. 46-47)

Durante a guerra civil síria, contudo, embora a Rússia mantivesse uma postura protetora sobre o regime de Assad, também procurava manter contatos com o que chamava de “oposição moderada”. Moscou conseguiu evitar ataques aéreos ocidentais contra Damasco depois que o regime usou armas químicas contra a oposição em meados de 2013, em troca de garantias de que Damasco entregaria seu arsenal químico (Tsygankov *et al*, 2018, p. 302, tradução própria). Logo o apoio à Damasco ainda se restringia no campo político-diplomático. Moscou tem procurado persuadir os governos ocidentais de que, se o regime de Assad cair, seu substituto mais provável será um regime jihadista hostil tanto ao Ocidente quanto à Rússia, e, portanto, seria do interesse do Ocidente unir-se à Rússia no

apoio a Assad. Os governos ocidentais, contudo, não se deixaram convencer por esse argumento (Tsygankov *et al.*, 2018, p. 308, tradução própria).

Mais tarde, em março de 2015, Assad falou com o correspondente da televisão russa Zvezda, Fedor Ivanitsa a respeito do apoio dos russos ao seu regime:

Em relação à presença russa em diferentes partes do mundo, incluindo o Mediterrâneo Oriental e o porto de Tartus, é necessário criar um tipo de equilíbrio que o mundo perdeu após a desintegração da União Soviética há mais de 20 anos. Parte dessa presença, como você mencionou, está no porto de Tartus. No que nos diz respeito, quanto mais forte for essa presença em nossa região, melhor será para a estabilidade regional, pois o papel da Rússia é importante para a estabilidade mundial.

É claro que, nesse contexto, posso dizer que certamente acolhemos qualquer expansão da presença russa no Mediterrâneo Oriental e, especificamente, na costa síria e nos portos sírios, pelos mesmos objetivos que mencionei. Mas isso, é claro, depende dos planos políticos e militares russos para o posicionamento de suas forças em diferentes regiões e mares, bem como de seus planos para a expansão dessas forças. Se a liderança russa pretende expandir a presença russa no Mediterrâneo Oriental e na Síria, certamente acolhemos tal expansão.

Quanto aos contratos e à cooperação militar entre a Síria e a Rússia, como você sabe, ela é bastante antiga e existe há mais de seis décadas, e nada mudará, no que diz respeito a essa cooperação, durante esta crise. Havia contratos russos com a Síria assinados antes da crise e que começaram a ser implementados após o início da crise. Existem também outros novos contratos de armamentos e cooperação militar assinados durante a crise, e sua implementação está em andamento. A natureza desses contratos, é claro, mudou, dada a natureza das batalhas travadas pelas forças armadas sírias no combate aos terroristas. Mas, em essência, a natureza dessas relações não mudou e continua como antes (Syrian Arab News Agency, 2015).

A resposta evidencia o esforço de apresentar a aliança sírio-russa como um fator de estabilidade e de construção de uma ordem multipolar, buscando afastar a noção de ingerência e afirmar a legitimidade da parceria diante da comunidade internacional. Contudo, o próprio enunciado revela uma tensão entre soberania e dependência: ao mesmo tempo em que defende a autonomia síria, Assad reconhece a centralidade russa na segurança do país e a importância da Síria como plataforma da projeção de poder de Moscou no Levante e no Mediterrâneo face às potências ocidentais.

Dessa forma, o colapso do regime de Assad também significaria que a Rússia perderia sua única base existente nesta região. Um novo regime possivelmente privaria a Rússia de seus direitos anteriores no local, especulava Ulusoy (2018). [...] Um dos aspectos mais significativos do papel deste porto está relacionado à aspiração da Rússia de se fortalecer

contra a presença dos EUA no Oriente Médio. A perda da influência russa na região do Mediterrâneo é vista como uma vantagem para os EUA e resulta em um jogo de soma zero para a Rússia. Além disso, é o único porto que não está cercado por bases da OTAN (Ulusoy, 2018, p. 194, tradução própria). Esse risco aumentava ao passo em que rebeldes conquistavam territórios, a ponto de que apoio diplomático apenas não bastaria para o Kremlin.

Ao passo em que rebeldes ganhavam terreno na província de Idlib e Deera, o Estado Islâmico capturava cidades até o saque da cidade de Palmyra, milícias xiitas iraquianas desertavam e a escassez de mão de obra aumentava, a percepção do fim da República Árabe Síria aumentava para a Federação Russa. Em resposta direta ao ressurgimento dos rebeldes, a Rússia decidiu intervir diretamente. Em setembro, pelo menos 28 aviões foram enviados para lá, juntamente com até 2.000 militares, enquanto a frota russa do Mar Negro foi deslocada para o Mediterrâneo Oriental. (Phillips, 2020, p. 213-218, tradução própria)

Ao mesmo tempo, Putin numa entrevista “60 minutes” com a CBS News reitera a defesa do governo de Damasco, afirmando que qualquer ação com o objetivo de destruir o governo legítimo criará uma situação já testemunhada em outros países alvos de mudança de regimes, por exemplo na Líbia e no Iraque. Portanto, “Não há outra solução para a crise síria senão fortalecer as estruturas governamentais eficazes e auxiliá-las no combate ao terrorismo [...]”, comunica Putin (CBS News, 2015).

A intervenção militar de Moscou na Síria, iniciada em setembro de 2015, representou uma ruptura drástica com o papel muito mais relutante e hesitante que a Rússia havia desempenhado na região após o colapso da União Soviética. Não só foi a primeira intervenção militar russa pós-soviética fora da antiga URSS, como seu relativo sucesso em fortalecer o regime de Assad contrasta fortemente com os resultados obtidos pelos Estados Unidos e seus aliados por meio de intervenções militares no Afeganistão, Iraque e Líbia (Tsygankov *et al*, 2018, p. 295).

Para Andreas Stergiou (2017), o envolvimento russo também estava carregado de preocupações econômicas e energéticas. Segundo o autor, a reconfiguração do equilíbrio de poder no Mediterrâneo Oriental ofereceu à Rússia a oportunidade de restabelecer sua cooperação energética e de defesa na região e de tomar medidas preventivas contra tudo o que pudesse minar sua posição hegemônica como fornecedora para os mercados europeus e para os países do Mediterrâneo Oriental. Além disso, desde o início da crise síria, Moscou aumentou gradualmente sua presença naval na região (Stergiou, 2017, p. 106, tradução própria).

O Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016 não difere muito do anterior, a respeito de seus projetos e ditames em relação à política externa para adiante. Entretanto há dois pontos que são enfatizados no documento que o destaca do Conceito de 2013. O primeiro é que a questão da ameaça do jihadismo torna-se mais urgente com o surgimento do Estado Islâmico e grupos similares. No Conceito é alegado que o terrorismo internacional é resultado de problemas sistêmicos de desenvolvimento dos processos de globalização e da interferência externa. Combinados, esses dois fatores levaram à destruição dos mecanismos tradicionais de governança e segurança e à disseminação ilegal de armas em uma escala ainda maior. Para isso a Rússia propõe uma ampla coalizão internacional antiterrorista com uma base jurídica sólida, alicerçada em uma cooperação interestatal eficaz e consistente, sem considerações políticas ou padrões duplos (Federação Russa, 2016, tradução própria).

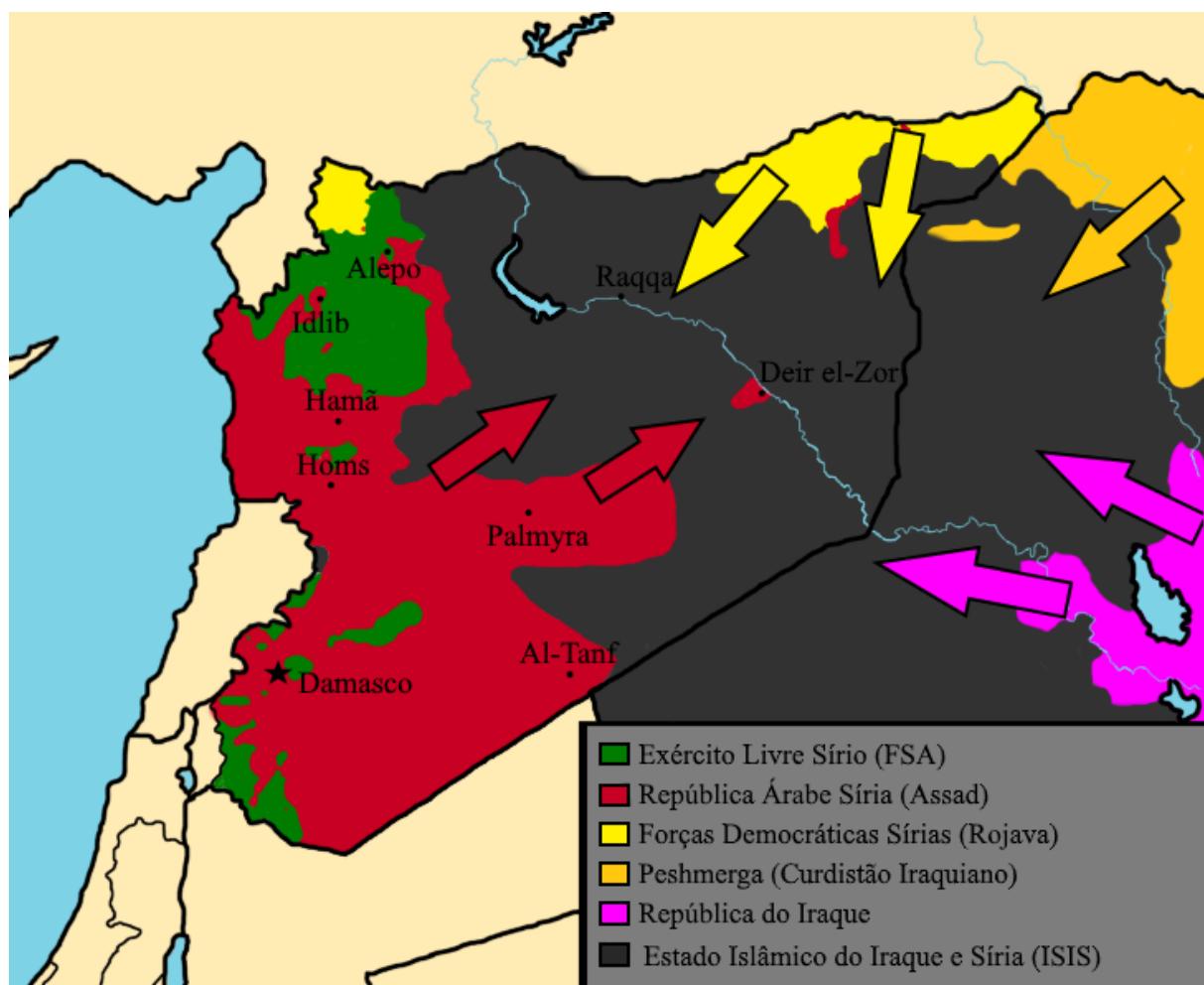
O segundo é a menção direta da Síria e da responsabilidade russa de apoiar a unidade, independência e a integridade territorial da República Árabe da Síria como um “Estado laico, democrático e pluralista, onde todos os grupos étnicos e religiosos vivem em paz e segurança, desfrutando de direitos e oportunidades iguais” (Federação Russa, 2016, tradução própria). Nesse contexto, o documento apresenta uma responsabilidade moral à Federação Russa como defensora da ordem da República Árabe Síria frente ao caos criado pela narrativa ocidental de mudança de regime.

O novo presidente dos EUA, Donald Trump, pediu que Moscou e Washington cooperassem contra o inimigo comum, o Estado Islâmico, na Síria. [Inicialmente] Trump até pareceu aceitar a lógica de Putin de que Assad era menos pior do que o que provavelmente seria uma alternativa jihadista a ele. Mas quando Trump lançou um ataque a uma base aérea síria em resposta ao uso de armas químicas pelo regime de Assad contra seus oponentes, Trump “mudou completamente” sua posição sobre Assad em questão de dias, e as relações EUA-Rússia azedaram por causa da Síria (Tsygankov *et al.*, 2018, p. 302). Pode-se considerar que até esse ponto, os objetivos da Casa Branca e do Kremlin eram diametralmente distintos em relação ao destino do governo de Damasco

A intervenção russa resultou um sucesso de reabilitação política da República Árabe Síria. A retomada de Aleppo em 2016 por forças russas, iranianas e sírias foi um ponto de virada no conflito que resultaria numa subsequente mudança de territórios até o fim do ISIS como entidade “estatal”. Após Aleppo, a Rússia e o Irã passaram o ano de 2017 ajudando Assad a derrotar o Estado Islâmico ao sul do Eufrates, enquanto do outro lado do rio Eufrates, as Forças Democráticas Sírias (FDS) curdas hasteavam suas bandeiras primeiro sobre Raqqa

e, em seguida, por todo o nordeste da Síria (Phillips, 2020, p. 254, tradução própria). As forças do ISIS recuaram ao longo do Eufrates, deixando as FDS e Assad para eliminar os remanescentes separadamente. No entanto, mesmo antes da queda de Raqqa, estava claro para os dois atores sírios e seus rivais apoiadores externos que o iminente colapso do ISIS era uma oportunidade para expandir sua própria influência. Isso precipitou uma "corrida" pelo leste da Síria, na qual cada lado se esforçou para capturar o máximo possível do antigo território do ISIS o mais rápido possível (Phillips, 2020, p. 255, tradução própria).

Figura 3 - Investidas militares russo-sírias e curdas pelo território do ISIS



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Embora Assad e seus aliados tenham conquistado um território considerável a oeste do Eufrates, a maioria dos redutos restantes do Estado Islâmico ficava na margem leste, e foi assim que as Forças Democráticas Sírias (SDF) e a coalizão internacional acabaram por eliminá-los. Phillips (2020, p. 258) atribui a derrota do ISIS ao fato de, apesar de ter sido

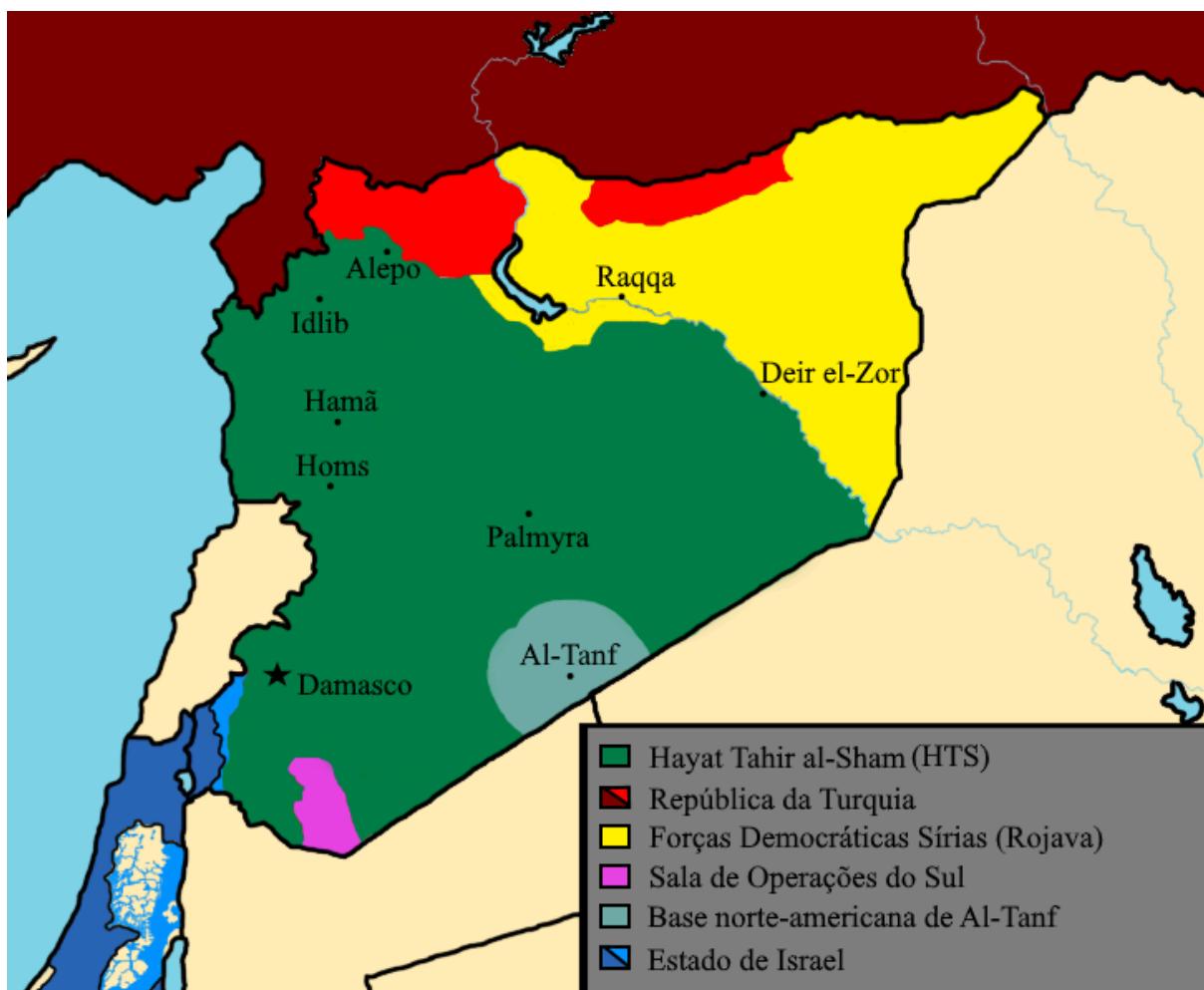
apresentado pela mídia ocidental como uma força formidável, a organização não deixava de ser um ator não-estatal ainda que bem financiado e bem equipado, e sem força aérea. De qualquer forma esse momento é considerado o fim da entidade como “Estado”. A guerra civil entrou em um estado de mais impasse após esse evento, estabilizado parcialmente pelo cessar-fogo de Idlib, assegurando um período de paz relativa até a nova escalada de 2024 (Statista, 2025, tradução própria).

Em 2023 foi emitido o Conceito de Política Externa da Federação Russa. No trecho dedicado ao mundo islâmico, apresenta tais países como parceiros cada vez mais relevantes para a segurança e a estabilidade regional, mas é a Síria que ocupa a posição mais explícita de prioridade estratégica: “a Rússia afirma buscar fornecer suporte abrangente para a República Árabe Síria”, colocando Damasco no mesmo patamar de cooperação aprofundada com o Irã e outras potências regionais. A Síria também aparece como foco dos esforços de reconciliação e normalização entre os Estados do Oriente Médio, mencionados diretamente em “a República Árabe Síria e seus vizinhos”, além de integrar a agenda russa de “ajudar a resolver e superar as consequências dos conflitos armados” na região (Federação Russa, 2023, tradução própria). Nesse quesito, a Rússia apresenta-se como mediadora em tentar normalizar a relação da Síria de Assad com os vizinhos do mundo árabe, dessa forma, possivelmente legitimando o governo internacionalmente.

4.6 Após a queda de Bashar al-Assad

No final de 2024, ocorreu uma ofensiva de rebeldes sírios, de tanto moderados, quando salafistas, em direção à uma rápida tomada de territórios com pouca resistência das forças leais à Damasco e também sem auxílio de seus aliados internacionais. Isto se deve ao comprometimento dos seus Estados patrocinadores em outros conflitos. Enquanto o Irã e o Hezbollah focaram seus esforços em Gaza e no Líbano contra Israel, a Rússia se encontrava ocupada num confronto mais urgente à sua fronteira com a Ucrânia (Luthi, 2025).

Figura 4 - Síria em 2025 após a queda do governo de Bashar al-Assad.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

De repente a presença russa no mediterrâneo encontrava-se em xeque. Pouco tempo depois, segundo o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Sergei Ryabkov, a Rússia esteve em contato com as novas autoridades sírias e o diálogo sobre as bases russas continua. A Federação Russa espera que os seus interesses nacionais em relação à base e à resolução dos problemas humanitários identificados sejam protegidos, enfatizou o diplomata. O acordo foi uma continuação da decisão do novo governo sírio em janeiro de cancelar um acordo de 2019 com a Rússia para administrar o porto. Em fevereiro, o secretário de imprensa presidencial russo, Dmitry Peskov, disse que Moscou continuaria as negociações com Damasco sobre a possibilidade de manter a base naval russa em Tartus, na Síria (Gazeta.ru, 2025, tradução via Brave).

O presidente sírio Ahmad al-Sharaa (Antes al-Joulani) chegou à capital russa em outubro de 2025, Moscou, em sua primeira visita oficial para manter conversações com seu

homólogo russo, Vladimir Putin. O Kremlin afirmou que Putin e al-Sharaa discutirão o destino das duas principais bases russas na Síria, nomeadamente a base aérea de Hmeimim, na província de Latakia, além de uma base naval em Tartus, além da presença militar russa no aeroporto de Qamishli. É claro que as discussões não estarão ausentes da discussão dos interesses econômicos relacionados com a energia que a Rússia pretende garantir (Al Jazeera, 2025, tradução via Brave). O futuro da presença russa no Mar Mediterrâneo e, por consequência, da sua projeção internacional em contrabalança aos Estados Unidos neste Mar continua incerto.

4.7 Considerações parciais

Após o colapso da União Soviética, a nova Federação Russa buscou alinhar-se com os Estados Unidos e com o ocidente político como um todo. No entanto suas preocupações geopolíticas não foram respeitadas o que, em torno, fez com que Moscou tornasse a contrariar a unipolaridade norte-americana e a propor um sistema multipolar, como assertiva Yevgeny Primakov. Em um sistema multipolar, a balança de poder se deslocaria contra os Estados Unidos, que era a única grande potência vigente e potencialmente penderia em direção à Federação Russa, caso os russos fossem oportunistas. Dessa forma, Moscou buscou reconstruir sua posição no sistema internacional a partir de uma lógica de recomposição de poder e restauração de sua influência nas regiões consideradas essenciais para sua segurança.

Na política externa russa dos anos subsequentes, demonstrou-se uma continuidade da “Doutrina Primakov”. Houve um pragmatismo político tanto por parte de Putin, quanto de Medvedev em relação à sua equidistância entre a cooperação com os países ocidentais (especialmente no combate ao terrorismo) e a aproximação com potências emergentes na formação de uma aliança anti-hegemônica como no caso do grupo dos BRICS, da CSTO e da Organização de Cooperação de Xangai.

Nesse contexto, o Oriente Médio, e particularmente a Síria, reapareceu como um eixo central para a contenção da hegemonia norte-americana e para a recuperação do status de grande potência. A Síria oferecia à Rússia a oportunidade de garantir o acesso ao Mediterrâneo oriental, que é uma zona afluente de rotas comerciais importantes, cheia de recursos naturais e parte de um Mar maior com uma presença fortíssima da OTAN. Além disso, ao sustentar o governo sírio diante da pressão ocidental e dos atores regionais, Moscou demonstrou capacidade de projeção de poder, desafiou diretamente a política norte-americana e reforçou sua credibilidade como patrocinador de regimes parceiros. Assim, a partir de uma

perspectiva realista e de competição entre grandes potências, um Estado-satélite russo na Síria funcionou como oportunidade para reequilibrar a balança de poder no Oriente Médio e impedir a expansão da presença militar e política dos EUA, além de reduzir o alcance estratégico dos mesmos.

5 CONCLUSÃO

O conjunto deste trabalho mostrou que a guerra civil síria consolidou-se como um tabuleiro onde projetos de expansão de poder e zonas de influência entre grandes e médias potências se cruzaram, enquanto operaram para defender seus interesses estratégicos mais centrais. As guerras pós-1945 ocorreram com o uso majoritário de *proxies* como estratégia segura de ganho de poder relativo no sistema internacional para evitar a devastação do confrontamento direto entre potências nucleares.

O estabelecimento de Estados-satélites também segue esta lógica do uso de *proxies*, além de livrar o Estado-mestre das mazelas da ocupação direta sobre um território estrangeiro. O advento do direito internacional também torna os Estados-satélites convenientes, tanto nos meios questionáveis de condução das guerras, quanto na turbidez sobre sua própria existência como Estados reconhecidos. Dessa forma, o uso de ambas as estratégias tornaram-se vantajosas para Estados que buscam tornar-se mais fortes no sistema internacional.

Devido à localização histórico-geográfica de relevância síria, levando em conta as passagens marítimas que afluem rotas comerciais muito importantes do comércio global, sua posição de passagem para regiões como Anatólia, Egito e Iraque e à sua presença no Mediterrâneo Oriental, a Síria tornou-se uma encruzilhada de potências em disputa de sua dominação como ponto de partida para suas projeções globais.

Os Estados Unidos da América, em seu momento de unipolaridade, indo de acordo com a lógica realista ofensiva, formulou seu plano para conseguir manter esse sistema alcançado, consistindo em garantir que nenhum outro Estado alcançasse uma posição tal qual a União Soviética assumiu na Guerra Fria e que todos os Estados aderissem às instituições internacionais e adotassem políticas preferidas de Washington, com o fito de torná-los mais receptíveis ao guarda-chuva militar dos Estados Unidos. Assim, os anseios na questão da sobrevivência do Estado americano estariam garantidos, quando o mesmo fosse o único Estado capaz e independente militarmente. A análise da política externa norte-americana evidenciou a continuidade estrutural dessa estratégia para os EUA, mesmo levando em consideração as diferenças retóricas e operacionais entre as administrações.

A Síria, sendo um Estado associado à potência crescente da Federação Russa e à potências hostis como o Irã e situada numa região instável e rica em recursos, tornou-se alvo da estratégia de prevenção do surgimento de uma potência revisionista que pudesse perturbar a balança de poder em um sistema internacional marcado pela competição entre grandes

potências. Um Estado-satélite norte-americano na Síria, portanto, serviria ao mesmo tempo como instrumento de projeção e manutenção da ordem internacional e permitiria ao patrocinador a garantia de acesso a recursos estratégicos e a prevenção do deslocamento da balança de poder contra os Estados Unidos. Até o momento da escrita deste trabalho, os Estados Unidos, todavia fracassou nesse objetivo, pelo contrário, gerou mais instabilidade na região e contribuiu para ascensão de facções extremistas e para oportunidades de domínio de potências menores como Turquia e Arábia Saudita.

A Rússia, por sua vez, se deparou numa situação de vulnerabilidade nos anos 1990. Por este motivo, formuladores de políticas como Primakov propuseram o reforçamento do Estado russo, ao mesmo tempo que uma abordagem pragmática em relação aos EUA. Para isso, o país deveria se fortalecer economicamente e abranger sua diplomacia mundo afora, especialmente em regiões consideradas essenciais para sua segurança. A atuação russa nas relações internacionais, então foram consonantes com as ideias da “Doutrina Primakov”.

Nesse contexto, o Oriente Médio, e particularmente a Síria, reapareceu como um eixo central para a contenção da hegemonia norte-americana e para a recuperação do status de grande potência. A Síria oferecia à Rússia a oportunidade de garantir o acesso ao Mediterrâneo oriental, que é uma zona afluente de rotas comerciais importantes, cheia de recursos naturais e parte de um Mar cuja presença fortíssima da OTAN causa insegurança para potências revisionistas da ordem internacional.

A partir disso, a Síria passou a funcionar como plataforma militar, política e diplomática para a Rússia projetar poder no Levante, no Mediterrâneo e no equilíbrio regional mais amplo. Esse arranjo gerou um impasse prolongado: nenhuma potência externa tinha incentivos suficientes para permitir uma vitória total de outra, e nenhum ator local possuía capacidade para reverter o quadro. O colapso do ISIS enquanto entidade territorial reduziu o caráter imediato da ameaça jihadista, mas não solucionou a estrutura básica do conflito. A fragmentação interna permaneceu porque ela servia a cálculos de grande estratégia de Washington, Moscou, Teerã, Ancara e Riad, cada qual preservando instrumentos de pressão por meio de facções aliadas ou zonas de influência direta. A guerra não terminou porque o equilíbrio resultante era funcional para todos em graus diferentes.

O governo de Assad encaixava-se como Estado-satélite russo, pois não somente sua ação no cenário internacional era satelitizada pela Rússia, sua função sendo conter o avanço norte-americano no Mediterrâneo e Oriente Médio, mas também pela sua dependência em relação à Moscou para sua própria sustentação. Isso é evidenciado pela sua queda, quando

nem a Rússia nem o Irã puderam sustentar o Estado de Damasco, quando os mesmos estavam comprometidos com seus próprios conflitos mais urgentes.

O caso sírio revela, portanto, que conflitos civis em cenários de competição entre grandes potências não podem ser analisados apenas pelo ângulo doméstico. O comportamento de cada Estado envolvido respondia a objetivos de longo prazo que excediam em muito o destino imediato do governo Assad ou de seus adversários. Em última análise, a guerra síria expõe os limites da soberania em contextos onde a razão de Estado das grandes potências se sobrepõe à autonomia local, transformando o território em arena permanente de disputa e contenção.

REFERÊNCIAS

ABDRAZAKOVA, L.; ZHABINA, Zh. *Внешнеполитическая элита США: политика Обамы, Трампа и Байдена в отношении Ближнего Востока* [A elite da política externa dos EUA: a política de Obama, Trump e Biden em relação ao Médio Oriente]. Bulletin. Series: “International Relations and Regional Studies”, [S. I.J, n. 4, 2023, v. 50. DOI: 10.48371/ISMO.2022.50.4.004. Disponível em: <https://jlrtp.ablaikhan.kz/index.php/j1/article/view/234>. Acesso em: 10 nov. 2025.

AL-JAZEERA. [Al-Sharaa no Kremlin quando o aliado cai]. Al Jazeera, 15 out. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.net/politics/2025/10/15/الشرع-في-الكرملين-حين-يسقط-الحليف>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AL-MASRI, Abdulrahman; SALAHI, Reem. *The Biden administration's Syria policy sets a path towards disengagement. Here's why it's problematic*. Atlantic Council, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-biden-administrations-syria-policy-sets-a-path-towards-disengagement-heres-why-its-problematic/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BASSIL, Youssef. *The 2003 Iraq War: Operations, Causes, and Consequences*. Tripoli: Lebanese Association for Computational Sciences (LACSC), 2012. Disponível em: <http://www.lacsc.org/papers/papera1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

BEKDIL, Burak. *Jihadis Are Becoming Turkey's Permanent Proxy Force*. Middle East Forum, 2025. Disponível em:
<https://www.meforum.org/jihadis-are-turkeys-permanent-proxy-force>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BEŞ, Seksen İki Yüz Kıyı. *Levant (orthographic projection)*. 2012. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Levant_\(orthographic_projection\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Levant_(orthographic_projection).png). Acesso em: 31/10/2025. Licença: CC BY-SA 3.0.

BIDEN, Joe. *Remarks by the President on the Latest Developments in Syria*. China: U.S. Embassy in China, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://china.usembassy-china.org.cn/remarks-by-president-biden-on-the-latest-developments-in-syria/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BOZKURT, Abdullah. *A Secret Turkish Intelligence Deal with HTS Included No Attacks in Turkey*. Nordic Monitor, 2025. Disponível em: <https://nordicmonitor.com/2025/01/the-secret-turkish-intelligence-deal-with-hayat-tahrir-al-sham-included-no-attacks-in-turkey/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. Basic books, 1997.

BUSH, George W. *President Delivers State of the Union Address*, Washington, D.C.: The White House. 29 jan. 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 03 nov. 2025.

CBS NEWS. *Vladimir Putin Interviewed by Charlie Rose - 60 Minutes - September 2015*. YouTube, 28 set. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6l69tRETnlo>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CEPLEANU, Spiridon Ion. *Anatolie Limits*. 2006. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AnatolieLimits.jpg>. Acesso em: 25 out. 2025. Licença: CC BY-SA 3.0.

CLINTON, Hillary. *Clinton: Use “Smart Power” In Diplomacy*, CBS News, 13 Jan. 2009. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/clinton-use-smart-power-in-diplomacy/>. Acesso em 05 nov. 2025.

CNN BRASIL. *República de Nagorno-Karabakh deixará de existir em 2024; entenda conflito entre Armênia e Azerbaijão*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/republica-de-nagorno-karabakh-deixara-de-existir-em-2024-entenda-conflito-entre-armenia-e-azerbaijao/>. Acesso em: 06 out. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. *Resolution 1973 (2011)*, 17 de março de 2011. S/RES/1973(2011). Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1973\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1973(2011)). Acesso em: 20 nov. 2025

CROOKE, Alastair. *The ‘great game’ in Syria [PDF]*. Spokesman Books, p. 51-55, 22 out. 2011. Disponível em: <https://www.spokesmanbooks.com/Spokesman/PDF/114Cooke.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

DE HAAS, Marcel. *Medvedev’s Security Policy: A Provisional Assessment. Russian Analytical Digest*, n. 62, p. 2–5, 18 jun. 2009. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/101960/Russian_Analytical_Digest_62.pdf. Acesso em: 25/11/2025.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS. *Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994–1999*. Draft. 18 fev. 1992a. Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc03_full.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS. *Defense Planning: Guidance FY 1994-1999*, 16 abr. 1992b. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf#:~:text=Page%204116/92.%20S~CR:iT/NOi'ORN>. Acesso em: 15 out. 2025.

DISTEFANO, Giovanni. *Statehood, Territory, and International Spaces*. Brill | Nijhoff, 2025.

EGYPT AS A BRITISH PROTECTORATE. *The American Journal of International Law*, New Haven, n. 1, p. 202-204, jan. 1915, v. 9. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2186865>. Acesso em: 06 out. 2025.

ERLANGER, Steven; MYERS, Steven Lee. *NATO allies oppose Bush on Georgia and Ukraine*. *The New York Times*, New York, 3 abr. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *The National Security Strategy of the United States of America: September 2002*. Washington, D.C.: The White House, 2002. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *Executive Order 13303 — Protecting the Development Fund for Iraq and Certain Other Property in Which Iraq Has an Interest*. Washington, D.C.: Office of Foreign Assets Control, U.S. Department of the Treasury, 22 Maio 2003. Disponível em: <https://ofac.treasury.gov/media/7391/download?inline=>. Acesso em: 06 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *The National Security Strategy of the United States of America: March 2006*. Washington, D.C.: The White House, 2006. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2006.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Strategy*. Washington, D.C.: The White House, feb. 2015. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, D.C.: The White House, dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *Interim National Security Strategy Guidance*. Washington, D.C.: The White House, mar. 2021. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GOVPUB-PR-PURL-gpo152456/pdf/GOVPUB-PR-PURL-gpo152456.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *Administration's National Security Strategy Guidance*. Washington, D.C.: The White House, out. 2022. Disponível em: <https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. *The Iraq War*. Dallas: George W. Bush Presidential Library and Museum, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.georgewbushlibrary.gov/research/topic-guides/the-iraq-war>. Acesso em: 7 nov. 2025.

FAULCONBRIDGE, Guy. *Developing world leaders show new power at summits*. Yekaterinburg, 16 jun. 2009. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/topNews/idUSTRE55F02F20090616/?feedType=RSS&feedName=topNews>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Концепция внешней политики Российской Федерации, утвержденная распоряжением Президента Российской Федерации от 23 апреля 1993 г.* [Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado por determinação do Presidente da Federação Russa de 23 de abril de 1993]. Историческая библиотека [Biblioteca Histórica]. Disponível em: http://www.historibibliot.ru/publ/koncepcija_vneshnej_politiki_rossijskoj_federacii_utverzhdena_rasporjazheniem_presidenta_rossijskoj_federacii_ot_23_aprelja_1993_g/7-1-0-5830. Acesso em: 19 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Указ Президента Российской Федерации № 1300 от 17 декабря 1997 г. “Об утверждении Концепции национальной безопасности Российской Федерации”* [Decreto do Presidente da Federação Russa nº 1300, de 17 de dezembro de 1997. “Sobre a aprovação do Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa”]. Zakonbase.ru. Disponível em: <https://zakonbase.ru/content/base/24975>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. Federation of American Scientists (FAS). 28 jun. 2000. Disponível em: <https://nuke.fas.org/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acesso em: 19 nov. 2025

FEDERAÇÃO RUSSA. *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Aprovado 12 jul. 2008*. Kremlin. Versão arquivada: 17 ago. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080817131239/http://www.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. Aprovado por V. Putin em 12 fev. 2013*. [Tradução não oficial]. Disponível em: https://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/Concept_of_the_Foreign_Policy_of_the_Russian_Federation_2013.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Foreign Policy Concept of the Russian Federation, aprovado por Vladimir Putin em 30 de novembro de 2016*. Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 1 dez. 2016. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/sites/default/files/media/files/Foreign%20Policy%20Concept%20of%20the%20Russian%20Federation%20%28approved%20by%20President%20of%20the%20Russian%20Federation%20Vladimir%20Putin%20on%20November%2030%2C%202016%29%20-%20Asset%20Publisher%20-%20The%20Ministry%20of%20Foreign%20Affairs%20of%20the%20Russian%20Federation.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FEDERAÇÃO RUSSA. *The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*. Decreto presidencial Nº 229, de 31 de março de 2023. Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/. Acesso em: 20 nov. 2025.

FOLHAPRESS. *Expansão de aliança militar da Otan é ameaça para seu país, alerta Putin*. Sampi, Bauru, 05 abr. 2008. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2508961/internacional/2008/04/expansao-de-alianca-militar-da-otan-e-ameaca-para-seu-pais--alerta-putin>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of containment: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War*. Oxford University Press, 2005.

GAZETA.RU. *В МИД России рассказали о ситуации с российскими военными базами в Сирии [No Ministério das Relações Exteriores da Rússia, falaram sobre a situação das bases militares russas na Síria]*. 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gazeta.ru/politics/news/2025/06/18/26059418.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GERASIMOV, Valery. *Ценность науки в предвидении [O valor da ciência é na previsão]*. Военно-промышленный курьер [Boletim Militar-Industrial], 27 fev. 2013. Disponível em: https://vpk.name/news/85159_cennost_nauki_v_predvidenii.html. Acesso em 15 nov. 2025.

HASHEMI, Seyed Abbas; SAHRAPEYMA, Mostafa. 2018. *Proxy War and US' Smart Power Strategy (the Case of Syria, 2011-2016)*, p. 83-101. Disponível em: <https://journals.ikiu.ac.ir/article_1351.html?lang=en>. Acesso em: 26 set. 2023.

HOLSTI, K. J. *The State, War, and the State of War*. Cambridge University Press, 1996.

HOFFMAN, Frank G. *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007. Disponível em: https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

HUGHES, Geraint Alun. *Syria and the Perils of Proxy Warfare. Small Wars and Insurgencies*, n. 3, p. 522-538, 2014, v. 25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592318.2014.913542>. Acesso em: 21 set. 2025.

INSEE. *Commonwealth of Independent States / CIS*. INSEE, 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.insee.fr/en/metadonnees/definition/c1918>. Acesso em: 19 nov. 2025.

IVANEL, Bogdan. *Puppet states: a growing trend of covert occupation*. In: *Yearbook of International Humanitarian Law Volume 18, 2015*. The Hague: TMC Asser Press, 2016. p.

43-65. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-6265-141-8_2. Acesso em: 21 mar. 2025.

LUTHI, Silvia. *Syria's Rebel Factions: Key Players at a Glance*. The Next Century Foundation, 2025. Disponível em: <https://www.nextcenturyfoundation.org/a-look-into-syrias-main-rebel-factions/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MACKINDER, Halford J. *Democratic Ideals and Reality: A Study of Politics and Reconstruction*. Constable Publishers, Londres, 1919 [reimpressão 1942]. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942_democratic_ideals_reality.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

MCGURK, Brett. *Remarks at the IISS Manama Dialogue 2021: Coordinator for the Middle East and North Africa, National Security Council, United States*. Bahrain: International Institute for Strategic Studies (IISS), 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.iiss.org/globalassets/media-library---content--migration/files/manama-dialogue/2021/plenary-transcripts/concluding/brett-mcgurk-coordinator-for-the-middle-east-and-north-africa-nsc-united-states---as-delivered.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. WW Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J. Agosto de 2023. *Great power rivalries: the case for realism*. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://mondediplo.com/2023/08/02great-powers>. Acesso em: 28 set. 2023.

MEDVEDEV, Dmitry. *Интервью Президента России Дмитрия Медведева российским телеканалам* [Entrevista do presidente russo Dmitry Medvedev a canais de televisão russos], Rússia, 31 ago. 2008. Polit.ru. Disponível em: <https://polit.ru/articles/arkhiv-proektov/intervyu-prezidenta-rossii-dmitriya-medvedeva-rossiyiskim-telekanalam-2008-08-31/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MORGADO, Nuno Alexandre Pereira Vilar Correia. *A política externa da Rússia e as suas implicações na rivalidade geopolítica com os EUA: o caso da Síria*. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/84479/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nuno-Morgado-1%20%281%29.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

MULHOLLAND, Niall. *Syria in Tumult: HTS Rule and Outside Influence*. Socialist Party (UK), 2025. Disponível em: <https://www.socialistparty.org.uk/articles/135057/29-01-2025/syria-in-tumult-hayat-tahrir-al-sham-rule-and-outside-influence/>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MUMFORD, Andrew. *Proxy Warfare*. Cambridge, UK : Polity Press, 2013a.

MUMFORD, Andrew. *Proxy Warfare and the Future of Conflict*. The RUSI Journal 158, 2013b p. 40–46. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/263146578_Proxy_Warfare_and_the_Future_of_Conflict. Acesso em: 03 out. 2025.

NASRALLAH, Hassan. 2013-4-30 [كلمة السيد نصر الله عبر شاشة المنار *Discurso de Sayyed Nasrallah via Al-Manar TV*]. Disponível em: <https://mediarelations-lb.org/post.php?id=9344>. Acesso em: 02 nov. 2025.

NATO. *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation signed in Paris, France*. 1997. Disponível em:
https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_25468.htm. Acesso em 09 jun. 2025.

NYE, Joseph S. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OBAMA, Barack. *Remarks by the President on the Middle East and North Africa*. Washington, D.C.: The White House, 19 Maio 2011. Disponível em:
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/05/19/remarks-president-middle-east-and-north-africa>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OBAMA, Barack. *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, Jan. 2012a. Reporte técnico nº ADA554328. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA554328.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OBAMA, Barack. *Remarks by the President to the White House Press Corps*. Washington, D.C.: The White House, 20 Ago. 2012b. Disponível em:
<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/08/20/remarks-president-white-house-press-corps>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PEARSON, Frederic S. *Foreign military interventions and domestic disputes*. International Studies Quarterly, n. 3, p. 259-290, 1974, v. 18. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/2600156>. Acesso em: 04 out. 2025.

PHILLIPS, Christopher. *The battle for Syria: international rivalry in the new Middle East*. Revised and updated edition. New Haven: Yale University Press, 2020.

PUTIN, Vladimir. *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. Moscou: Presidência da Federação Russa, 18 abr. 2002. Disponível em:
<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21567>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PUTIN, Vladimir. *Speech and discussion at the Munich Security Conference*. Kremlin. 10 fev. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROMNEY, Mitt. *Remarks on Foreign Policy at the Virginia Military Institute: “The Mantle of Leadership”*. Lexington, VA: Virginia Military Institute, 8 oct. 2012. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-foreign-policy-the-virginia-military-institute-lexington-virginia-the-mantle>. Acesso em: 03 nov. 2025.

RUSSIA TODAY (RT). *Russia opposes NATO participation in Libya operation*. 14 abr. 2011. Disponível em: <https://www.rt.com/politics/russia-opposes-participation-medvedev/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SAKWA, Richard. *Russian Politics and Society*. 2. ed. London: Routledge, 1996.

SEÇKİN, Abdulhalim. *Suriye’yi Önemli Kilan Nedir?* Doğru Haber, Turquia, 17 jan. 2013. Disponível em: <https://www.cinarinsesi.com/suriyeyi-onemli-kilan-nedir-1594yy.htm>. Acesso em: 24 out. 2025.

SHCHEDROV, Oleg; VIGA GAIER, Rodrigo; GRUDGINGS, Stuart. *Russia, Brazil call first BRIC summit for 2009*. Rio de Janeiro, 26 nov. 2008. Reuters. Disponível em: [https://www.reuters.com/article/us-brazil-russia-idUSTRE4AP5H220081126/](https://www.reuters.com/article/us-brazil-russia-idUSTRE4AP5H220081126). Acesso em: 25 nov. 2025.

SPITZCOVSKY, Jaime. *Turquia e a diplomacia neo-otomana de Erdogan*. Morashá, ed. 110, mar. 2021. Disponível em: <https://www.morasha.com.br/variedades/turquia-e-a-diplomacia-neo-otomana-de-erdogan.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

STATISTA. *The Syrian civil war – statistics & facts*. Statista, 30 maio 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/4216/the-syrian-civil-war/#topicOverview>. Acesso em: 26 nov. 2025.

STERGIOU, Andreas. *Russia’s Energy and Defense Strategy in the Eastern Mediterranean*. Economics World, n. 2, p. 101-119, mar.–abr. 2017. v. 5. DOI: 10.17265/2328-7144/2017.02.003. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1747/58796fe3f44c9fa31f02cf518a7db9449f10.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SYRIAN ARAB NEWS AGENCY (SANA). *President al-Assad: The West has not changed policy, intervention in terrorists’ favor must stop for a solution to succeed*. Damascus: SANA, 27 mar. 2015. Disponível em: <https://archive.sana.sy/en/?p=33642>. Acesso em: 03 nov. 2025.

TERRILL, W. Andrew. *The Arab Spring and the Future of U.S. Interests and Cooperative Security in the Arab World*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 02 Aug. 2011. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/SSI-Media/Recent-Publications/Article/3943551/the-arab-spring-and-the-future-of-us-interests-and-cooperative-security-in-the/>. Acesso em: 23 out. 2025.

TRUMP, Donald. *Donald Trump: Obama-Clinton foreign policy has been "disaster"*. 27 abr. de 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OMiaslMhVTU>. Acesso em: 09 nov. 2025.

TRUMP, Donald. *Killing Gaddafi & Saddam was a Mistake I Support Putin Donald Trump*. 12 jun. 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IpuVEfQoebk>. Acesso em: 09 nov. 2025.

TSYGANKOV, Andrei P. *Russia and the West from Alexander to Putin: Honor in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TSYGANKOV, Andrei P. et al. *Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*. London: Routledge, 2018.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, 404 a.C. Coleção Clássicos IPRI; Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

ULMER, Beate. *Arabellion: Geopolitical Proxy Wars and New Constellations of East and West in Syria*. In: HOFFMANN, Christhard; DINGER, Lea (org.). Radicalism and Political Reform in the Arab Spring. Tübingen: Global Studies Working Papers, n. 15, 2013. p. 85–100. Disponível em: <https://publikationen.uni-tuebingen.de/xmlui/handle/10900/49985>. Acesso em: 22 out. 2025.

ULUSOY, Nurhayat. *The Presence of Russia in Syria according to the Barakah Circle Theory: The Tartus Naval Base*, 2021. Journal of Islamic Jerusalem Studies, 21(2), 187-198. Disponível em: <https://doi.org/10.31456/beytulmakdis.521596>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VAKIM, J.; KUZNETSOV, A. A. *Геополитические измерения сирийского конфликта [A dimensão geopolítica do conflito sírio]*. Vestnik RUDN. International Relations, n. 3, p. 461–472, 2016. v. 16. Disponível em: <https://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/14764>. Acesso em: 17 out. 2025.

WHITE, George W.; MILLETT, Bruce V. *Irredentism*. In: KOBAYASHI, Audrey (ed.). International Encyclopedia of Human Geography. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2020. p. 419–426. v. 8.